



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

JHEYCIANE SOARES NUNES

**ADOCIMENTO MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

JHEYCIANE SOARES NUNES

ADOCIMENTO MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N972a Nunes, Jheyciane Soares.
Adoecimento mental de Assistentes Sociais no exercício profissional: um estudo bibliográfico. / Jheyciane Soares Nunes. – Miracema, TO, 2021.
83 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.
Orientadora : Josenice Ferreira dos Santos Araújo
1. Produção teórica. 2. Adoecimento mental. 3. Precarização. 4. Assistentes sociais. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JHEYCIANE SOARES NUNES

ADOCIMENTO MENTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO EXERCICIO
PROFISSIONAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Josenice Ferreira dos Santos Araújo.

Data de aprovação: 29/07/2021

Banca examinadora

Profa. Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo – Orientadora – UFT.

Profa. Dra. Célia Maria Grandini Albiero – Examinadora – UFT.

Profa. Ms. Amanda Elisa Vaz – Examinadora – UFT.

Quero dedicar este trabalho ao meu avô
Lourival Barreira da Silva (In memoriam).
Um homem sempre alegre, que gostava
de apreciar a vida, de viver contando
histórias e sempre sorridente.
Foi humilde, batalhador e trabalhador.
Adjetivos de qualidade não faltam para
meu avô. Não sei se ainda vamos nos
ver, isso ninguém pode explicar, a pior dor
é aquela dentro do coração, onde
ninguém pode tocar.
Você vovô foi rico de tudo aquilo que
nenhum dinheiro pode comprar. Te dedico
este trabalho, para você se orgulhar.
Te amo.

Jheyciane Soares Nunes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por caminhar sempre comigo em todas as etapas da minha vida. Sem ele, nada sou. Agradeço-o pela saúde concedida a minha pessoa, e as pessoas que eu amo. Agradeço-o pela paciência que me destes. Agradeço-o pela sabedoria e pela força, pois eu sei que nos momentos difíceis o Senhor me sustentou.

Quero agradecer imensamente aos meus pais Maria Aparecida Pereira Nunes e Lourijanes Soares da Silva, pelo apoio e pelos conselhos. E ao meu irmão Jhonn Arlenn Soares Nunes. Amo-os incondicionalmente. Agradeço a todos da minha família que acreditaram em mim e que me encorajaram a seguir em frente.

Quero aqui também neste espaço, agradecer aos meus amigos e amigas que durante a graduação me acolheram de todo coração e amor: Joselda, Rosicléia, Edilene, Sara Olívia, Karol, Fernando, Patrícia, Elaine e Taciana. Que Deus em sua infinita bondade os abençoe. Esse mesmo ciclo de amizade sempre me fortaleceu, assim, agradeço a toda minha turma de Serviço Social de 2016/1.

Agradeço a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) José Luiz de Sousa de Rio dos Bois – TO, instituição onde realizei todo o meu estágio, agradeço em especial a Secretária de Assistência Social à Senhora Aparecida Coelho, e a assistente social Rosilene Cruz, pessoas prestativas e éticas que me receberam com muito carinho. Que Deus as abençoe.

Eu não poderia deixar de citar também uma pessoa que sempre me ajudou da melhor forma possível quanto ao pagamento das passagens, o Sr.^o Irismar, motorista da van no qual eu pegava como transporte para ir a faculdade todos os dias. Que Deus o abençoe grandemente você e sua família.

Enfim, sou imensamente grata a todos os professores que tive a honra de ser discente. Quero agradecer a Naiara Mascarenhas que me orientou na primeira disciplina de TCC I, agradeço-o pelas primeiras orientações, no qual me ajudou bastante no processo de lapidação da pesquisa.

Agradeço imensamente a minha orientadora Dra. Josenice Ferreira pelas orientações e explicações, que foram de grande valia para o desenvolvimento deste trabalho e também minha gratidão especial a professora Dra. Célia Albiero e Ms. Amanda Vaz, pelo aceite em participar da minha banca e por todos os ensinamentos

e momentos agradáveis e de muito ensinamento que recebi das amadas professoras.

Sabemos que não estamos vivendo momentos fáceis, já estamos vivenciando há mais de um ano a Pandemia de Covid-19, e eu não poderia deixar de me solidarizar com as famílias e amigos que tiveram perdas vitimadas por esse vírus, que Deus possa confortar o coração de cada amigo e familiar. Eu agradeço imensamente a Deus pelo livramento até aqui concedida a mim e a minha família.

Portanto, este é um momento muito especial, só tenho uma palavra para expressar: GRATIDÃO.

RESUMO

O presente estudo intitulado “O adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional: um estudo bibliográfico”, objetivou refletir sobre o processo de adoecimento mental destes profissionais decorrente do trabalho. Desta forma, foi delimitado nas produções teóricas realizadas pelo Serviço Social e publicada nos anais virtuais das revistas Serviço Social & Sociedade e a Katálisis entre os anos de 2010 a 2019 acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional. Teve como objetivo geral identificar as publicações acerca do adoecimento mental dos (as) assistentes sociais na revista Katálisis e na revista Serviço Social & Sociedade entre os anos de 2010 a 2019. Os objetivos específicos para a construção desta pesquisa foram de discutir os impactos da precarização do trabalho no exercício profissional dos (as) assistentes sociais; Verificar as principais metodologias utilizadas nos estudos acerca do adoecimento mental de assistentes sociais e compreender as principais causas no âmbito do exercício profissional que geram adoecimento mental em assistentes sociais. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem quali-quantitativa, e com uma finalidade exploratória. O objeto da pesquisa, deu-se, na produção teórica sobre o adoecimento mental de assistentes sociais realizada pelo Serviço Social, com o objetivo de analisar como os (as) assistentes sociais tem visto a problemática em sua própria classe profissional, como também contribuir e refletir sobre a escassa produção teórica sobre a temática. A fonte de coleta de dados foram os periódicos publicados nas referidas revistas as quais possuem a pontuação máxima de Qualis A1 de acordo com a CNPq. Buscou-se na revisão bibliográfica uma leitura crítica conforme o método crítico dialético de Marx, o qual foi o método de subsídio da pesquisa para a compreensão da realidade. Neste sentido, a pesquisa atingiu seus objetivos, na qual compreendeu-se a ligação entre a objetividade e a subjetividade do trabalho no processo de adoecimento mental de assistentes sociais, e observou-se que a precarização do trabalho ainda é um dos fatores que mais contribuem para esse adoecimento, ocorrendo de forma mais intensificada na atual conjuntura em razão do modo de produção capitalista existente, em um governo neoliberal. O estudo também possibilitou reconhecer a ausência de trabalhos teóricos sobre o adoecimento mental de assistentes sociais na classe profissional. Sendo assim,

espera-se contribuir positivamente para a construção teórica acerca do tema para a classe profissional, discentes, e para a sociedade.

Palavras-chave: Produção teórica. Adoecimento mental. Precarização. Assistentes sociais.

ABSTRACT

The present study entitled "The mental illness of social workers in professional practice: a bibliographical study", aimed to reflect on the process of mental illness of these professionals resulting from work. In this way, it was delimited in the theoretical productions carried out by the Social Service and published in the virtual annals of the Social Services & Society and Katálysis magazines between the years 2010 to 2019 about the mental illness of social workers in professional practice. Its general objective was to identify publications about the mental illness of social workers in the magazine Katálysis and in the magazine Serviços Social & Sociedade between 2010 and 2019. The specific objectives for the construction of this research were to discuss the impacts of precariousness the work in the professional exercise of (the) social workers; Check the main methodologies used in studies on the mental illness of social workers and understand the main causes within the professional practice that generate mental illness in social workers. It was a bibliographical research, with a quali-quantitative approach, and with an exploratory purpose. The object of the research was the theoretical production on the mental illness of social workers carried out by the Social Service, with the aim of analyzing how social workers have seen the problem in their own professional class, as well as contributing and reflect on the scarce theoretical production on the subject. The source of data collection were the periodicals published in those journals which have the maximum Qualis A1 score according to CNPq. A critical reading was sought in the bibliographical review according to Marx's dialectical critical method, which was the research subsidy method for the understanding of reality. In this sense, the research achieved its objectives, in which it was understood the link between objectivity and subjectivity of work in the process of mental illness of social workers, and it was observed that the precariousness of work is still one of the factors that contribute most for this illness, occurring more intensely in the current situation due to the existing capitalist mode of production, in a neoliberal government. The study also made it possible to recognize the absence of theoretical work on the mental illness of social workers in the professional class. Thus, it is expected to contribute positively to the theoretical construction on the subject for the professional class, students, and society.

Keywords: Theoretical production. Mental illness. Precariousness. Social workers.

LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
PLC	Projeto de Lei da Câmara
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
UFT	Universidade Federal do Tocantins
TO	Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 TRABALHO, CAPITALISMO E ALIENAÇÃO.....	16
2.1 A discussão sobre o trabalho e o seu desenvolvimento no modo de produção capitalista	16
2.2 Flexibilização do trabalho no período de economia neoliberal.....	27
2.3 O Trabalho alienado e o adoecimento mental.....	32
3 A ESPECIFICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO	41
3.1 O Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho.....	42
3.2 O (a) assistente social como profissional inscrito em campos de tensões e disputas.....	50
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	55
5 ASSISTENTES SOCIAIS E O PROCESSO DE ADOECIMENTO MENTAL: UMA ANÁLISE.....	58
5.1 O percurso do adoecimento mental de assistentes sociais: mediações entre subjetividade e a objetividade.....	58
6 Análise e discussão dos dados.....	70
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a temática de adoecimento mental de assistentes sociais, delimitado na produção teórica realizada pelo Serviço Social e publicada nos anais virtuais das revistas Serviço Social & Sociedade e a Katálysis entre os anos de 2010 a 2019 acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no seu exercício profissional.

O interesse pelo tema surgiu por meio das aulas durante o período de formação, no qual os professores destacavam as lutas e as tensões em que o Serviço Social e o (a) profissional assistente social enfrentava/enfrenta, bem como, a precarização, a desvalorização da profissão, a burocracia existente à efetivação de um direito, entre outras características e o quanto essas questões os afetavam mentalmente e conseqüentemente fisicamente.

Rachelis (2011) enfatiza que no Brasil a precarização não se caracteriza como algo novo, pois a sua existência é desde a sociedade capitalista urbano – industrial, mas que na atual conjuntura vêm ganhando novas formas, “novas configurações e manifestações”. Semzecz (2019) destaca algumas características particulares no exercício profissional do (a) assistente social que interferem no seu trabalho como: a ausência de condições físicas, técnicas e humanas e intensificação do trabalho. Especifica ainda que as relações de trabalho sofrem impactos da reestruturação produtiva, na qual acentua a flexibilização, a precarização, e com isso o seu adoecimento.

De acordo com Faria, Teodoro e Coimbra (2019, p. 1-2) o tema saúde do trabalhador é um tema que vem sendo debatido para o entendimento da relação entre trabalho e doença, porém se tratando do Serviço Social o tema pouco se apresenta, visto que o assistente social é um (a) “[...] trabalhador (a) que também é demandante das refrações de trabalho, e, portanto, alvo das precarizações, terceirizações, intensificação e superexploração do trabalho”.

Ainda de acordo com a discussão de Faria, Teodoro e Coimbra (2019, p. 3-4), o (a) assistente social no seu exercício profissional lida diretamente com as expressões e manifestações da questão social, visto ser o seu objeto de trabalho, e que muitas vezes em um só atendimento encontra múltiplas expressões e manifestações da questão social “[...] condicionando possíveis transtornos para este

profissional, já que o aumento dessas expressões gera impacto nos órgãos/instituições que atendem estas demandas”.

Pensando então, com o método crítico dialético de Marx, a acadêmica se questionou sobre a saúde do (a) profissional assistente social diante dessas condições, e de como a própria classe tem visto essa problemática. Dessa maneira tem como questão norteadora: “qual é a produção teórica realizada pelo Serviço Social e publicada nos anais virtuais das Revistas Serviço Social & Sociedade e a Katálisis entre os anos de 2010 a 2019 acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional?”.

O objeto da pesquisa, trata-se, da produção teórica sobre o adoecimento mental de assistentes sociais realizada pelo Serviço Social, afim de compreender como a própria classe tem visto essa questão, bem como também, de acordo com os resultados do estudo, contribuir para a produção em Serviço Social sobre a temática e refletir sobre a pouca produção teórica sobre o adoecimento mental de assistentes sociais.

Essa discussão é de suma importância, pois, a partir do momento em que o (a) assistente social tem clareza desse processo de adoecimento, de compreensão entre a subjetividade e a objetividade no seu exercício profissional, se torna mais viável e eficaz o seu enfrentamento, pois entende-se que as questões estruturais/objetivas do seu trabalho não dependem de suas próprias condições, mas sim, de condições exteriores, visto que o (a) profissional assistente social atua principalmente nas políticas públicas que na atual conjuntura sofrem conseqüentemente a precarização social, atingindo assim o seu exercício profissional.

É importante também, o (a) profissional entender o que é a subjetividade, ou principalmente a sua subjetividade, para assim poder lidar com expectativas que muitas vezes decorrentes desse contexto não são atendidas, causando então a frustração, o desânimo, o estresse, e o estranhamento do trabalho.

O trabalho tem como objetivo geral identificar as publicações acerca do adoecimento do (a) assistente social na revista Katálisis e na revista Serviço Social & Sociedade entre os anos de 2010 a 2019. E como objetivos específicos discutir os impactos da precarização do trabalho no exercício profissional dos (as) assistentes sociais; compreender as principais causas, no âmbito do exercício profissional, que geram o adoecimento mental em assistentes sociais e verificar as principais

metodologias utilizadas nos estudos acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional.

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, no qual utiliza-se da abordagem quali-quantitativo e tem como finalidade uma pesquisa exploratória. A fonte de coleta de dados foram os periódicos publicados sobre o adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional entre os anos de 2010 a 2019 nas revistas Serviço Social e Sociedade. Como método de escolha dos periódicos utilizou-se de palavras chave como saúde mental de assistentes sociais e adoecimento. Buscou-se na revisão bibliográfica autores que abordem sobre trabalho, trabalho precarizado, como também autores que discorrem sobre a saúde mental dos trabalhadores, em específico dos (as) assistentes sociais.

Dessa forma, o trabalho segue-se estruturado em mais cinco capítulos, compostos em títulos e subtítulos. O segundo capítulo intitulado de “Trabalho, capitalismo e alienação” é subdividido em mais três subtítulos. O primeiro subtítulo intitula-se “A discussão sobre o trabalho e o seu desenvolvimento no modo de produção capitalista”, no qual expõe a perspectiva analítica de compreensão do que é trabalho, as transformações no modo de produção até os dias atuais, a começar pela discussão do feudalismo, e a precarização.

No subitem seguinte intitulado de “Flexibilização do trabalho no período de economia neoliberal”, aprofunda-se na discussão do modelo econômico neoliberal, especificando suas características, e de como os trabalhadores são explorados. A seguir, trata-se no subtítulo denominado “Trabalho alienado e adoecimento mental” a discussão sobre o processo de adoecimento do trabalhador, de como o trabalho alienado os afeta e apresenta algumas profissões com alto índice de adoecimento e entre elas está o Serviço Social.

O terceiro capítulo trata-se da “Especificidade do Serviço Social e as metamorfoses do mundo do trabalho”, subdividido em dois subtítulos. Sendo o “Serviço social como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho”, que aborda alguns desafios da classe profissional. E “Assistente social como profissional inscrito em campos de tensões e disputas”, no qual especifica o processo de trabalho do (a) assistente social no modo de produção capitalista.

O quarto capítulo expõe a metodologia utilizada na pesquisa e os caminhos metodológicos percorridos.

O capítulo quinto intitulado “Assistentes sociais e o processo de adoecimento mental: uma análise”, adentra para análises conclusivas, no qual traz em seu subitem por nome “O percurso do adoecimento mental de assistentes sociais: mediações entre a subjetividade e a objetividade”, a compreensão entre a objetividade a subjetividade no processo de adoecimento destes profissionais assistentes sociais.

O sexto subitem traz as análises e discussão dos dados, no qual discorre sobre os dados obtidos na pesquisa, e a seguir, as considerações finais que expõe uma discussão crítica dos resultados.

2 TRABALHO, CAPITALISMO E ALIENAÇÃO

O presente capítulo desenvolveu-se em três subtítulos, a iniciar-se pela discussão sobre o trabalho e o seu desenvolvimento no modo de produção capitalista, no qual apresentou o conceito de trabalho e sua importância para o ser social, de acordo com determinados autores, como: Marx (2015), Lessa e Tonet (2011), Viana (2012), Silva (2007) e Huberman (1936).

Realizou-se, um pequeno resgate histórico do surgimento do modo de produção capitalista, datado desde o feudalismo, no qual fez-se uma análise comparativa de como era realizada a exploração do trabalho naquela época, e de como é realizada na atual conjuntura. Optou-se por iniciar pelo feudalismo, devido ser a época que antecede o modo de produção capitalista, visto a extensão de sua história.

Em seguida, tratou-se da Flexibilização do trabalho no período de economia neoliberal, no qual discorreu sobre o Neoliberalismo e as suas principais características como a precarização do trabalho e das políticas públicas, a flexibilização, e a busca incessante do capitalismo pelo lucro. Fundamentou-se nos autores Silva (2007), Antunes (2001); (2005); (2006); (2012); (2015), Yamamoto (2008), Boito Junior (1996), Braverman (1987), Pochmann (1998), Oliveira e Vazquez (2010), entre outros.

Posteriormente o próximo subitem denominou-se o Trabalho alienado e o adoecimento mental, no qual salientou a divisão de classes entre Burguesia e o proletariado, e discutiu-se sobre o trabalho alienado segundo o autor Viana (2012), por meio de uma análise do contexto histórico do trabalho, no qual é apresentado a seguir.

2.1 A discussão sobre o trabalho e o seu desenvolvimento no modo de produção capitalista

Em primeiro lugar, é importante expor a perspectiva analítica adotada na compreensão do que é trabalho, a sua origem e características fundamentais. A começar pela sua importância para o ser social, de acordo com os autores Lessa e Tonet (2011) em sua discussão em Marx, é por meio do trabalho que o ser social se transforma, pois, o ser humano de acordo com as suas necessidades utiliza-se da

natureza para atender aos seus objetivos, por meio da sua “[...] prévia ideação e objetificação [...]”, afirmando que o homem para existir e continuar a reproduzir-se, necessita sempre estar em constante transformações com a natureza.

[...] Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais. (LESSA; TONET, 2011, p. 17-18).

Ou seja, o ser humano diferencia-se da natureza por meio do trabalho, pois possui a capacidade de idealizar e fazer, projeta-se o seu objetivo de acordo com as suas necessidades e dessa forma procura-se as melhores opções para alcançá-lo, e ao realizá-lo, adquire conhecimentos para tarefas futuras, já a natureza de acordo Lessa e Tonet (2011), se apoderando da discussão marxiana, citam como exemplos as “[...] formigas e as abelhas [...]” que executam seus trabalhos instintivamente, sem um prévia ideação de sua atividade¹. Marx (2015) assinala que o ser humano antes de executar tal atividade, projeta o idealmente, ou seja, realizando uma prévia ideação de seu trabalho, no qual nos especifica em um exemplo.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2015, p. 327).

Dessa maneira, o que distingue o ser humano da natureza, é a sua capacidade teleológica do trabalho. Como Viana (2012, p. 26) reforça, o trabalho humano detém como característica um caráter teleológico, no qual tem em sua essência a singularidade entre atividade e finalidade, portanto “[...] o ser humano é um ser ativo, consciente, e teleológico, o que equivale dizer que ele se define pelo que faz e pelo desejo de fazer [...]”.

Compreende-se dessa forma, a importância do trabalho para o ser social, sendo oportuno fazer um breve resgate do contexto sócio histórico da origem e

¹ Entre os homens, a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar ideias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva ou materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana. (LESSA; TONET, 2011, p. 18).

desenvolvimento do sistema capitalista, e abordar suas mudanças e transformações, para apreender como se constituiu e caracterizou-se o modo de produção capitalista contemporâneo.

Segundo Silva (2007), a sociedade capitalista está sempre em constantes modificações, se reinventando através de suas crises para permanecer no controle econômico e social, dessa maneira, o modo de produção capitalista presente atualmente, não é a mesma do século XV em que foi “iniciada”.

De acordo com a tese de Huberman (1936), o modo de produção capitalista teve sua origem na Europa e antes dele o tipo de produção existente nesse continente era o Feudalismo na Idade Média, século entre V a XV, no qual as classes sociais e econômicas eram “[...] sacerdotes, guerreiros e trabalhadores [...]”, porém as únicas pessoas que serviam aos sacerdotes e guerreiros eram os trabalhadores camponeses, sendo o tipo de trabalho agrícola, bem como também era de responsabilidade dos camponeses o cuidado com os rebanhos para a retirada de lãs para a confecção das roupas dos senhores feudais.

Pode-se observar o tipo de exploração do trabalho por meio da hierarquia social existente na época, no qual não podiam ser alteradas, nascia-se servo, morria-se servo. Os camponeses não tinham o direito e nem as condições materiais para se opor as ordens dos senhores feudais, que eram os donos das terras, onde os camponeses tinham que trabalhar subordinados em sistema de servidão, com suas forças de trabalho exploradas. Ou seja, a única importância social e humana que o servo tinha para os senhores feudais, era servi-los, tido como propriedade deles².

Silva (2007), argumenta que entre os séculos XIV e XV, o feudalismo entrou em crise devido alguns fenômenos econômicos e sociais. Huberman (1936) cita que a expansão do comércio e das cidades, ocasionou uma divisão do trabalho entre cidade e campo, pois as pessoas que moravam na cidade e viviam do comércio e da indústria, precisavam de alimentos, e esses alimentos eram cultivados no campo³, dessa forma ficaram pessoas trabalhando no campo, e as outras na cidade. Paulo Netto e Braz (2006) também argumentam que:

² Os camponeses eram mais ou menos dependentes. Acreditavam os senhores que existiam para servi-los. Jamais se pensou em termos de igualdade entre senhor e servo. O servo trabalhava a terra e o senhor manejava o servo. E no que se relacionava ao senhor, esta pouca diferença fazia entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade. (HUBERMAN, 1936, p. 17).

³ [...] Uma se concentra na produção industrial e no comércio, o outro na produção agrícola para abastecer pelos que deixaram de produzir o alimento que consomem. (HUBERMAN, 1936, p. 51).

O estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque que cujas consequências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a via à crise do feudalismo e suas atribuições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do Antigo Regime. (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 70).

Huberman (1936, p. 52) destaca que a posse de terra por parte dos camponeses foi outro fator que impulsionou ao declínio do feudalismo⁴, pois os camponeses em uma atitude em busca de liberdade, começaram a olhar “[...] para as terras incultas, então abundantes, como meio de fugir à opressão [...]”. A peste negra⁵, que assolou toda a Europa, ceifando milhões de vida por onde passava, teve uma contribuição à crise do feudalismo, pois de acordo Huberman (1936) subiu-se o valor dos serviços prestados pelos camponeses que continuavam vivos. Com esses fatores encaminhou-se para um novo modo de produção, o capitalista.

A diferença do período feudal para o capitalista, é que no sistema feudal, os trabalhadores camponeses tinham proteção e uma parte da terra para plantações, porém, em troca teriam que pagar impostos, por meio de produtos ou trabalhos⁶. Já o proletariado no sistema capitalista trabalha integralmente com todos os instrumentos de produção, assim, vende-se sua força de trabalho em troca de um salário, e depara-se com condições de trabalho precárias que afeta sua saúde física e mental. Engels (1847), distingue o servo e o proletariado.

⁴ [...] mas a vitória significou a liberdade e a possibilidade de ser, total ou parcialmente, dono de um pedaço de terra, isento do pagamento do cansativo trabalho a que sempre estavam obrigados. (HUBERMAN, 1936, p. 53).

⁵ Foi uma pandemia que surgiu na Europa, no século XIV, no qual é considerada até hoje umas das maiores ocorrida na história. A peste negra é provocada pelo bacilo *Pasturella Pestis*, descoberto somente em 1894. A doença se manifesta de três formas: a pneumônica, que ataca os pulmões; a septicêmica, que infecta a corrente sanguínea; e a bubônica, a mais comum. Cujos nomes derivam das tumefações do tamanho de um ovo, conhecidas como bubos ou bubões, que aparecem no pescoço, nas axilas ou nas virilhas do doente nos primeiros estágios da doença [...] A doença era aterrorizante. Os bubões purgavam pus e sangue, e eram acompanhados por manchas escuras, resultantes de hemorragias internas. Os doentes sentiam dores muito fortes e geralmente morriam em até cinco dias após a manifestação dos primeiros sintomas. No caso da forma pneumônica, o doente tinha febre alta e constante, tosse forte, suores abundantes e escarro sangrento, e morriam em três dias ou menos. Em ambos os casos, tudo que saía do corpo - hálito, suor, sangue dos bubões e pulmões, urina sanguinolenta e excrementos enegrecidos pelo sangue - cheirava extremamente mal. A depressão e o desespero acompanhavam os sintomas físicos, o que levou alguns cronistas da época a dizer que "a morte se estampava no rosto dos condenados". (GUSMÃO JUNIOR, 2021).

⁶ [...] impostos como; banalidade: taxa para usar moinhos, fornos, etc. Talha: porcentagem sobre qualquer espécie de produção paga aos nobres. Capitação: imposto sobre mercadorias. Corveia: trabalho gratuito para o senhor feudal, em suas terras. Consórcio: licença de casamento, porém, em algumas partes da Europa, a noiva era obrigada a passar a noite de núpcias com o senhor feudal. (BIBLIOTECA INTEGRADA, 2010, p. 44).

[...] O servo entrega, o proletário recebe. O servo tem uma existência assegurada, o proletário não a tem. O servo está fora da concorrência, o proletário está dentro dela. O servo liberta-se fugindo para as cidades e tornando-se artesão, ou dando ao seu amo dinheiro, em vez de trabalho e produtos, e tornando-se rendeiro livre, ou expulsando o senhor feudal e tornando-se ele próprio proprietário: em suma, entrando, de uma ou de outra maneira, na classe proprietária e na concorrência. O proletário liberta-se abolindo a concorrência, a propriedade privada e todas as diferenças de classes. (ENGELS, 1847, on-line).

Silva (2007) comenta que no sistema capitalista ocorreram determinadas fases, como a fase comercial, a concorrencial⁷, e a monopolista⁸. E como Pochmann e Moraes (2017) afirmam, no decorrer de cada uma dessas fases predominou uma maior sofisticação na exploração da classe trabalhadora, através da “intensificação e extensão laboral” que era empregada pela classe dominante.

Silva (2007, p. 106-107) relata que a fase comercial se deu entre os séculos XIV e XVII, anterior a Revolução Industrial. No qual o sistema de produção era a manufatura, pois os trabalhos eram realizados em “[...] oficinas onde os trabalhadores produziam para um comerciante manufatureiro que pagava um salário e fornecia as ferramentas e a matéria-prima para os trabalhadores”.

Segundo Braverman (1987, p. 54) “[...] a produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho [...]”. Ou seja, envolve relações sociais e exploração da força de trabalho, o autor conceitua esse intercâmbio de relações com o sistema capitalista em três básicas condições.

[...]. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constringências legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeça de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao

⁷ [...] Aproximadamente a partir da oitava década do XVIII, configura-se esse segundo estágio do capitalismo, o capitalismo concorrencial (também chamado de “liberal” ou “clássico”), que perdurará até o último terço do século XIX. [...] A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a “livre iniciativa” (“iniciativa privada”) tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada. [...] (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 171-172).

⁸ Na segunda metade do século XIX, começa a se instaurar o que os economistas denominam de tendência monopolistas do capitalismo. O que caracteriza esse processo dinâmico e contraditório do sistema capitalista é a concentração de capital, o que significa dizer que as pequenas e médias empresas cedem lugar às grandes indústrias, devido às necessidades cada vez mais de capitais. Levando-as a uma associação cada vez maior com os bancos, caracterizando o que se convencionou de capitalismo financeiro. (SILVA, 2007, p. 109).

empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador. (BRAVERMAN, 1987, p. 54-55).

Posteriormente, aponta Silva (2007) que a Revolução Industrial, marcada pela migração do campo para a cidade, ocasionou um aumento das desigualdades sociais, e da exploração da força de trabalho⁹. A mão-de-obra mais explorada por ser considerada mais barata, eram de mulheres e de crianças, que trabalhavam em horas abusivas e em condições de risco nas fábricas, assim como Marx (2015) especifica, que a força muscular não sendo tão útil neste momento, começaram a incluir o trabalho feminino e infantil, pois tinham uma “maior flexibilidade” em seus membros. Dessa forma, aumentou-se a quantidade de assalariados, pois submetia-se todo o grupo familiar.

Assim, conforme ocorria a expansão do comércio, as cidades aumentavam em diferentes locais, e conseqüentemente surgiu uma nova organização social, a Corporações de Mercadores. Ou seja, a vida na cidade era bem distinta do ambiente rural, e as pessoas teriam que se reorganizarem coletivamente, e para isso uniram-se em corporações, Huberman esclarece que.

A população das cidades queria liberdade. Queria ir e vir quando lhe aprouvesse [...] As populações das cidades desejavam algo mais que a liberdade: desejavam a liberdade da terra [...] As populações urbanas desejavam proceder a seus próprios julgamentos, em seus próprios tribunais [...] as populações urbanas queriam estabelecer seus próprios tribunais, devidamente capacitados a tratar de seus problemas, em seu interesse. Queriam, também, elaborar sua própria legislação criminal. Manter a paz nas pequenas aldeias feudais não se comparava ao problema de manter a paz na cidade em desenvolvimento, com maiores riquezas e população móvel [...] Queria sua própria “paz da cidade” [...] as populações das cidades desejavam fixar seus impostos, à sua maneira, e o fizeram [...] desejavam empreender negócios e, assim, empenharam-se em abolir as taxas. (HUBERMAN, 1936, p. 37-38-39).

Ou seja, a sociedade urbana queria ter o livre arbítrio de tomar suas próprias decisões, e não depender de “Senhores”, fazer suas próprias leis e tratar os seus próprios problemas, e assim, conseguiram, foram empreendendo, e prosperando, e fixaram seus próprios impostos.

⁹ O povo começou a deixar suas velhas cidades feudais para iniciar vida nova nessas ativas cidades em progresso. A expansão do comércio significava trabalho para maior número de pessoas e estas afluíam à cidade, a fim de obtê-lo. (HUBERMAN, 1936, p. 36).

Porém, para o controle do mercado, Huberman (1936, p. 43) menciona a Corporação dos Mercadores, no qual, era um monopólio exclusivo, e quem não fazia parte, não detinha direito de vender, comprar ou trocar mercadorias, suas opiniões e decisões não ficavam somente em suas cidades, mas alcançava outras regiões. Mas para as pessoas que faziam parte da Associação de Mercadores, “[...] tão avidas em obter privilégios monopolistas, e tão observadoras de seus direitos, mantinham seus membros numa linha de conduta determinada por uma série de regulamentos que todos tinham de cumprir”.

Os principais modos de produção industrial que adveio das Revoluções Industriais foram o taylorismo, o fordismo¹⁰ e o toyotismo¹¹. De acordo Santos (2009, p. 1), o modelo taylorista, foi um sistema de organização do trabalho, no qual as atividades eram divididas, parceladas entre os trabalhadores, nos quais também eram monitorados de acordo o tempo de produção, tinham que produzir mais em menos tempo possível. O fordismo, ainda segundo o autor Santos (2009), se caracterizou em cinco formas, sendo elas “1) produção em massa, 2) parcelamento das tarefas, 3) criação da linha de montagem, 4) padronização das peças, 5) automatização das fabricas”.

Pinto (2007, p. 46) argumenta que o sistema toyotista foi criado pelo Japonês Taiichi Ohno em busca de reestabelecer a economia no Japão no pós-guerra, esse modo de produção industrial tinha o objetivo de uma “[...] produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa “enxuta” e “flexível”. Assim, o trabalhador realizava várias funções em um mesmo trabalho¹².

Dessa forma a burguesia desde sua origem, esteve sempre em busca do controle do trabalho para beneficiar a si mesmo, utilizando de diversos meios através de lideranças e com um objetivo em comum, o lucro. E o trabalhador, como

¹⁰ Neste sentido, o fordismo-taylorismo se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho, que teve como elementos básicos a linha de montagem, produção em massa, produtos homogêneos, consumo de massa, controle do tempo e movimentos do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo e desqualificação do trabalhador. (SANTOS, 2009, p. 2).

¹¹ Santos (2009) destaca que o método toyotista assim como o método fordista, teve como finalidade seis modalidades, porém, diversificado do método fordismo. São eles “1) crescimento pela demanda; 2) Combate a qualquer tipo de desperdício; 3) flexibilidade do aparato produtivo; 4) instalação do método do kanban; 5) diversificação dos produtos; 6) terceirização da produção”. (SANTOS, 2009 p. 5).

¹² “Atividade de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades”. (PINTO, 2007, p. 46).

nos diz Braverman (1987) realiza o contrato de trabalho, devido suas condições econômicas e conseqüentemente sociais, não lhe dar outra alternativa, o empregador em busca de ampliar seu capital no qual já possui, paga ao trabalhador o salário mediante aquele serviço prestado, dessa forma caracteriza-se um processo de trabalho.

No decorrer dessas fases capitalistas, antes da consolidação do neoliberalismo que ficou vigente no mundo a partir dos anos 1970, vigorou na década de 1950 a 1970 o Estado de Bem-Estar Social, ou seja, o Neoliberalismo sucedeu-se após o declínio do Estado de Bem-Estar Social, no qual tinha o objetivo, a implantação dos direitos sociais aos cidadãos, e a intervenção do Estado na economia. Porém, Anderson (1995), nos explica que devido à crise da economia no pós-guerra de 1973, o sistema econômico teve um enfraquecimento nas suas taxas de crescimento, e altas inflações, levando essa formatação de Estado protetor entrar em declínio.

Vale destacar que no Brasil não concretizou o Estado de bem estar social na mesma dimensão que ocorreu na Europa, e de acordo com Boito Junior (1996), apesar do Brasil não estabelecer o Estado de bem estar social, os poucos direitos sociais ainda presentes, em suas condições precárias e de pouco investimento por parte do Estado, se encontram na mira da ofensiva Neoliberal. O objetivo é:

[...] abrir novas áreas de acumulação para o capital privado (previdência, educação, saúde, transporte, etc.), reduzir os investimentos em política social – “muito custosa e ineficiente” – e diminuir os impostos que incidem sobre as empresas – a palavra de ordem hoje é eliminar o denominado “custo Brasil”. (BOITO JUNIOR, 1996, p. 1).

A burguesia então se reorganizou¹³ e viu nesse momento uma grande oportunidade de implantar um novo modelo econômico para sua hegemonia, pois acreditavam que a origem da crise estaria nos gastos realizados pelo Estado de Bem-Estar Social com a população, fermentando a luta de classe. Cerqueira (2008, p. 172) argumenta que nessa conjuntura “foram estabelecidas as condições ideais para a implementação das teses neoliberais [...]”.

¹³ O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p. 9).

As características e os objetivos da economia Neoliberal são totalmente ao contrário do que o Estado de bem - estar social pregava, a economia Neoliberal visa as privatizações¹⁴, o crescimento cada vez maior de lucros e superlucros, alimenta a individualidade e a fragmentação das classes trabalhadoras, utilizando da alienação, da exploração da mão de obra, precarização do trabalho e incrementa o estado mínimo.

É importante ressaltar que o processo de precarização e flexibilização do trabalho, se dá intimamente ligada a exploração da força de trabalho assalariado. Como Silva (2007, p. 112) enfatiza que “[...] desde o século XVI o capitalismo moderno tem ampliado as condições de precariedade social de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material”.

Antunes (2005) salienta que a força de trabalho para o sistema capitalista, serve-se somente para a reprodução deste mesmo capital, destacando que sem a força de trabalho o capitalismo não se pode reproduzir, nem tampouco se “auto valorizar”. Em suas palavras:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo. (ANTUNES, 2005, p. 39).

Marx (2015, p. 328) enfatiza três momentos no processo de trabalho sendo eles em “[...] primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”. Ou seja, o objetivo da atividade, no qual visa a lucratividade, o objeto, sendo a mercadoria, e por último, os meios nos quais se utilizam para a construção desse objeto. O trabalhador, portanto, fica à mercê do capitalista nesse processo de trabalho.

¹⁴ Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. (IANNI, 1998, p. 28).

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. (MARX, 2015, p. 336).

É importante salientar que sendo o trabalhador quem produz o lucro para o empregador capitalista, deveria ele ser tratado da melhor forma e condições possíveis. A começar pelo valor quantitativo do seu trabalho, no qual recebe um salário mínimo, que como o nome já expressa, é “mínimo” para sua subsistência e sobrevivência, é mínimo para garantir sua alimentação, e para garantir o seu bem-estar e/ou de sua família.

Mas a busca pela expansão dos lucros, faz com que as condições de trabalho se deem de formas precárias, ultrapassando os limites humanos do trabalhador. Paulo Netto e Braz (2006, p. 29), mencionam que o trabalho é a base da atividade econômica, “[...] que torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social”. Dessa forma, para sempre aumentarem a riqueza social:

As relações sociais do modo de produção capitalista são embasadas pelas relações de exploração e apropriação da força de trabalho, marcada pelo conflito entre capital e trabalho, tendo sua gênese no processo de busca incessante do valor e da mais-valia. (MAURICIO; CARVALHO; CARMO, 2017, p. 2).

A forma de exploração capitalista da força de trabalho, não é tão explícita para o trabalhador como Paulo Netto e Braz (2006, p. 107) explicam, pois não utiliza a violência “extra econômica” de forma tão evidente como no trabalho escravo e servil, em suas palavras “[...] a experiência cotidiana dos trabalhadores não lhes permite apreender a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente: na jornada de trabalho não há nenhuma divisória perceptível entre ambos [...]”. Dessa forma, a identificação da exploração se torna complexo para os trabalhadores, sendo extraído o excedente econômico, ou a mais-valia¹⁵ nessa extensa jornada de trabalho. Paulo Netto e Braz (2006), exemplificam:

[...] o tempo de trabalho se desdobra em duas partes. Numa delas, o trabalhador produz o valor correspondente àquele que cobre a sua

¹⁵ A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista. (MARX, s/d, p. 375).

reprodução – é esse o valor que equivale o salário que recebe; tal parte da jornada denomina-se tempo de trabalho necessário. Na outra parte, ele produz o valor excedente (mais-valia) que lhe é extraído pelo capitalista; tal parte denomina-se tempo de trabalho excedente. A relação entre trabalho excedente fornece magnitude da taxa de mais-valia (M') que é decorrentemente a taxa de exploração do trabalho pelo capital. (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 106-107).

Marx (2015, p. 374) assinala também que nesse processo de trabalho, o trabalhador ocupa-se de “mais trabalho”, no qual não gera montante para si próprio, mas sim para o capitalista. “A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [Surplusarbeitszeit], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [Mehrarbeit] (surplus labour)”.

Paulo Netto e Braz (2006), atribuem uma fórmula ao movimento do capital sendo $D > M > D'$ (Dinheiro, Mercadoria e Dinheiro Acrescido), onde começa pelo dinheiro e termina com uma maior quantia de dinheiro. “Este é o sentido específico da ação do capitalista: a partir de dinheiro, produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro”. (p. 96). Deste modo a exploração do trabalhador se tona cada vez mais intensificada, sendo um fator de adoecimento físico e mental.

Remetendo-se a contemporaneidade, Antunes (2015), nos traz um debate do trabalho sobre a precarização e terceirização com o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015 que regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrente, no qual está em tramitação no Senado. O autor aponta que tal Projeto, deixa de lado a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especificando que afeta todas as atividades laborais de forma negativa, e com a aprovação desse projeto a expansão da terceirização ocorre:

[...] nos tipos de contrato, na remuneração, nas condições de trabalho e de saúde e na representação sindical. As denominadas modalidades atípicas de trabalho, como o “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., cada vez mais se configuram como formas de ocultamento do trabalho assalariado, permitindo aumentar ainda mais as distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. (ANTUNES, 2015, p. 12).

Uma vez que o Estado enquanto organização política no qual possui o dever de zelar pela população, garantindo a segurança, saúde, moradia e bem estar, recolhe-se de seus deveres e responsabiliza-se a própria sociedade pela sua própria condição econômica e social. Guimarães, Maciel e Gershenson (2020, p. 22) enfatizam que o Estado contribui para solidificar e garantir a permanência da classe

burguesa, “[...] que impõe, defende e mantém seu poder por meio de um aparato coercitivo, jurídico, político-institucional, educacional, cultural e comunicacional”.

De certo todo esse contexto de trabalho que vem sendo discutido se dá inquestionavelmente mediante o modo de produção capitalista neoliberal, portanto, no próximo subitem trataremos de como se dá essa exploração da força de trabalho nesse regime, no qual apresenta terceirização, flexibilização, condições de trabalhos impostos, entre outras características de exploração presente neste atual sistema.

2.2 Flexibilização do trabalho no período de economia neoliberal

O modo de produção e reorganização capitalista dentro de todo esse processo sócio histórico se consolidou como um modelo econômico contemporâneo denominado Neoliberal¹⁶. O Brasil especificamente, conforme Silva (2007), além de sofrer com a precarização mundial, também sofre com a precarização nacional, sendo um país periférico dependente dos países centrais. O Neoliberalismo atua de maneira conservadora e extremamente capitalista em nosso país, levando a classe trabalhadora a um processo de dupla dominação/exploração.

Antunes (2006) destaca que no capitalismo contemporâneo, houve a desproletarização do trabalho industrial, ou seja, diminuíram-se a classe operária tradicional, mas houve um crescimento do trabalho assalariado, trazendo uma enorme precarização.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. [...] há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2006, p. 49-50).

¹⁶ Essa nova forma de capitalismo, também chamado de capitalismo moderno, recebe o adjetivo de flexível por vários motivos, sendo eles: pouca intervenção político-governamental do Estado, reduzindo assim os entraves burocráticos; sindicatos bastante enfraquecidos, gerando pouca ou nenhuma luta sindical; afrouxamento das relações entre superiores e empregados, desaparecendo a figura do supervisor para o surgimento da figura do líder ou treinador de equipes; maior maleabilidade dos horários dos empregados e aumento de oferta de emprego em turnos; menor possibilidade de fazer carreira em uma empresa; pouco comprometimento da empresa em relação a um espaço físico determinado e aos empregados, podendo repentinamente ser reestruturada, transferida de país ou desmontada - em parte ou no todo - visando maior lucratividade. [...] Aliados a esses fatores, os trabalhadores enfrentam um mundo altamente competitivo, onde as mudanças no clima de trabalho e as novas tecnologias, além das relações intersubjetivas e sociais do mundo do trabalho, imprimem no trabalhador as consequências negativas do estresse. (SANTOS; LIMA, 2005, p. 6-7).

Assim, essa reestruturação do modelo de produção gerou uma série de agravos a relação capital e trabalho vistos na “[...] ampliação da taxa de exploração via: políticas de gestão; enxugamento de mão de obra; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento de salário”. Iamamoto (2008, p. 113). Ou seja, uma alta rotatividade de produção, circulação, troca e de consumo, ampliam a jornada de trabalho, mas não aumentam as remunerações.

Sobre os direitos sociais referente aos trabalhadores, Boito Junior (1996, p. 15) argumenta que se encontram de forma seletiva, e fragmentado, dependendo do seu posicionamento profissional e econômica, ou seja, a distinção dos direitos no qual se refere, é sobre o trabalhador com carteira assinada, ter acesso aos direitos trabalhistas e os trabalhadores sem carteira assinada são “excluídos” deste acesso. Ressalta ainda que essas diferenças de acesso “[...] não são aleatórias; elas refletem e reproduzem desigualdades sociais e políticas existentes no interior das classes trabalhadoras, nas condições históricas em que se implantaram tais direitos”.

Isso destaca também o processo de fragmentação da classe trabalhadora, mediante a competitividade imposta pelo capital, no qual as classes trabalhadoras fracionadas ficam mais vulneráveis para os capitalistas realizarem suas manipulações. Antunes (2015), especifica que os capitalistas utilizam de “metas” nas atividades laborativas para intensificar o trabalho, omitindo ao trabalhador seu verdadeiro objetivo que é o lucro, e dessa forma, o explorando mais. Porém, essa forma de exploração sucede-se desde o fordismo, no entanto, se intensificou com o neoliberalismo e a financeirização.

O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade reduzir o tempo e aumentar a intensidade e exploração de trabalho. As práticas de imposição de “metas” como medição cotidiana da produção, as definições de “competências” a serem realizadas pelos “colaboradores”, tornaram-se o ideário e a pragmática empresarial da empresa flexível vigente no mundo financeiro. (ANTUNES, 2015, p. 10).

Nesse processo de exploração, encontra-se inúmeras aspectos como destacado anteriormente, como a criação do valor excedente (mais valia) gerador de riqueza, utilizando de determinadas formas de gestão e organização do trabalho para esse fim: extração máxima de mais-valia. Nesse processo, afirma Braverman (1987, p. 111), é essencial ao capitalista a direção do “processo de trabalho” para

manter o controle¹⁷ sobre suas mãos. Iamamoto (2008), sustenta que “Em um mercado mundial realmente unificado, impulsiona-se a tendência à homogeneização dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo por meio da tecnologia e da multimídia”.

Porém, é importante ressaltar que no neoliberalismo o desemprego não está associado sempre a falta de adaptação do trabalhador a tecnologia, mas sim pela desregulamentação das relações de trabalho, dando espaço à flexibilização, com a precarização, contratando menos trabalhadores e os explorando mais, e com a ausência dos seus direitos. Segundo Pochmann (1998), as altas taxas de desemprego estão associadas ao movimento de desestruturação do mercado, como também o desassalariamento¹⁸, e postos de trabalhos insuficientes.

Na mesma direção teórica de Pochmann, Antunes (2001, p. 36) também nos enfatiza que “[...] a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados [...]”.

A precariedade do trabalho é intrínseca ao mundo do trabalho dentro do modo de produção capitalista, no qual a luta de classes é constante e diante de toda essa dominação do capital, toda essa rotatividade de produção e lucratividade, não permitem que a questão social se finda, pois é através das desigualdades sociais entre o proletariado e a burguesia que o capital se mantém. Iamamoto (2008) nos destaca que a preponderância do capital fetichizado¹⁹ acarreta ao cidadão trabalhador o individualismo, e a insignificância humana diante do outro. A autora destaca também as repercussões da flexibilização das relações de trabalho na vida social, tratando-se das contradições dentro da própria classe trabalhadora.

Esse processo provoca a polarização da classe trabalhadora. Por um lado, um grupo central, proporcionalmente restrito, de trabalhadores regulares,

¹⁷ Para garantir sua reprodução, expansão e manutenção é requisito fundamental o capital ter sob controle o trabalho do homem, porque, sem exploração do trabalho pelo capital não há criação de mais-valor na sociedade do consumo. (GUIMARÃES; MACIEL; GERSHENSON, 2020, p. 32).

¹⁸ O desassalariamento decorre da destruição de empregos assalariados com carteira, já que as ocupações assalariadas sem carteira têm sido geradas, embora em quantidade não muito expressiva, o que impede a compensação das perdas no emprego formal. (POCHMANN, 1998, p. 126).

¹⁹ O caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capital dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, a margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho. [...] A relação social está consumada na relação como uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. (IAMAMOTO, 2010, p. 93).

com cobertura de seguros e direitos de pensão, dotados de uma força de trabalho maior especialização e salários relativamente mais elevados. Por outro lado, um amplo grupo periférico, formado de um contingente de trabalhadores temporários e/ou de tempo parcial, dotados de habilidades facilmente encontráveis no mercado, sujeitos aos ciclos instáveis da produção e dos mercados. A ampliação de trabalhadores temporários expressa o aumento da subcontratação de pequenas empresas, que agem como escudo protetor das grandes corporações, enquanto transferem os custos das flutuações dos mercados à externalização da produção. (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Silva (2007) ressalta que o processo de precarização e flexibilização do trabalho, não se dá somente na forma pela ausência de direitos, mas inclui o crescimento da exploração da força de trabalho, e também se reflete nos baixos salários e no desemprego. Antunes (2012) argumenta que o Brasil sendo um país subordinado aos países centrais, atendendo a critérios econômicos imperialista, sendo sempre um país subdesenvolvido, o torna cada vez mais explorador da classe trabalhadora. Oliveira e Vazquez (2010) nos especifica que a dependência do Brasil com a economia internacional se dá na movimentação do excedente econômico para fora do País, dessa forma:

Tem-se, assim, uma economia duplamente articulada: no plano interno, a partir da dependência do setor moderno em relação ao atrasado; e no plano externo, da subordinação da economia nacional à economia mundial, a partir da transferência do excedente econômico, viabilizada pelo consumo de massa e pela modernização dos padrões de consumo. (OLIVEIRA; VAZQUEZ, 2010, p. 150).

O capitalismo no processo de produção, busca cada vez mais reduzir os custos e ampliar a lucratividade, um dos métodos que utilizam pra tal é a terceirização e a flexibilização do trabalho, buscando produzir somente o necessário. Antunes (2012) menciona que o processo de reestruturação produtiva teve seus primeiros incentivos na década de 1980, no qual as empresas adotaram novos modelos de gestão de trabalho, como a organização social e também tecnológicos.

Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*²⁰; germinou a produção baseada em *team work*²¹, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica²¹. (ANTUNES, 2012 p. 46).

²⁰ O método just-in-time ou «método Toyota» baseia-se na utilização de trabalhadores polivalentes e máquinas multiuso. Busca reduzir, entre outros, os custos de estocagem ao produzir o necessário, nas quantidades necessárias e no momento necessário. (ANTUNES, 2012, p. 46).

²¹ Traduzida para o português significa Trabalho em equipe.

Tal método que Antunes (2012) ressalta é o método Toyotista, no qual tem o objetivo de produzir somente o necessário, dessa forma a precarização acontece de tal maneira com “[...] A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade”. (ANTUNES, 2012, p. 47).

A flexibilização sendo outra forma de exploração, atinge todos os trabalhadores, Antunes (2012), complementa que estamos vivenciando a era da tecnologia, utilizando o termo “informatização”, mas ao mesmo tempo ressalta que, estamos vivenciando também a era dos trabalhos informais, da terceirização, flexibilização²², ou seja, uma desregulamentação no mundo do trabalho, para melhor lucratividade e menores custos, principalmente referente aos direitos trabalhistas. Ianni (1998) diz que o que impera no período de globalização, é a perspectiva neoliberal, no qual afirma está em “presentes e ativas”, complementa ainda que:

Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global. (IANNI, 1998, p. 28).

Desta maneira, observamos que a globalização do capitalismo afeta mundialmente todos os países, e consolida o predomínio da desigualdade social e da precarização das condições de trabalho, que podem acarretar o aparecimento de doenças derivadas da ultra exploração em que os trabalhadores estão submetidos. Antunes (2012) destaca o aumento de doenças ocupacionais.

²² Antunes (2018) cita como exemplo, uma forma de exploração no Reino Unido que é um contrato denominado *Zero Hour*, sendo um contrato que não possui “determinação de horas”. Os trabalhadores nessa modalidade de trabalho ficam à disposição “esperando uma chamada”, e quando ocorre, recebem apenas pelo que fizeram, e não por todo o tempo que ficaram à disposição.

Agravaram-se os problemas de saúde no espaço de trabalho nas últimas décadas. Observou-se ainda um aumento sem precedentes das lesões por esforço repetitivo (ler), que reduzem a força muscular e comprometem os movimentos. Ditas lesões são consideradas típicas da era da informatização do trabalho, conforme também foi constatado na pesquisa realizada no universo bancário. (ANTUNES, 2012, p. 51-52).

Dessa forma, pode-se compreender o porquê na atual conjuntura estamos vivenciando, não só de hoje, mas cada vez mais, as privatizações dos serviços públicos, cortes orçamentários nas políticas sociais, e a precarização das condições de trabalho, mediante trabalhos informais, trabalhos em condições precárias, desemprego entre outras características. As características de um trabalho precarizado reflete no trabalhador “[...] a insegurança no mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões: insegurança de emprego, de seguridade e previdência social e de representação política e sindical”. (SILVA, 2007, p. 126).

No próximo subitem, será tratado sobre o adoecimento mental relacionado ao trabalho na atual forma de organização, e produção capitalista, como o trabalho alienado torna o trabalhador inseguro e sobrecarregado ao seu ambiente de trabalho, em síntese, o trabalho alienado e o adoecimento mental.

2.3 O Trabalho alienado e o adoecimento mental

A alienação está presente no cotidiano das pessoas de tal forma que se tornou algo natural, o trabalhador é visto como uma mercadoria mediante sua força de trabalho. Ele não se desenvolve como uma pessoa humana, devido não produzir o que lhe é necessário e sim produzir o que é necessário a classe dominante, como Mângia (2003, p. 39) afirma “[...] Vendendo a sua força de trabalho, o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho e produtos”.

Dessa forma o trabalhador realiza uma determinada atividade por horas e suas funções como ser humano no qual possui necessidades biológicas, espirituais e sociais responsáveis para manter e proporcionar sua saúde e bem-estar, fica ausente. Franco (2011, p. 174), assinala que o sistema capitalista contemporâneo avança de uma forma contraditória, contra a natureza e contra “[...] biorritmos

humanos²³ –, imprimindo novos *habitus* (conjunto de práticas sociais) que vão sendo incorporados e naturalizados no cotidiano da vida”.

Na visão filosófica de Lessa e Tonet (2011) no qual basearam-se na discussão de Marx, é nítida a ideia de que o próprio ser humano é um ser que constrói sua própria história a partir da atividade teleológica do trabalho. Se o homem é um ser que produz sua própria história, porque então vivemos em um mundo tão desigual e de tantos sofrimentos? Porque não construímos um mundo em que haja igualdade racial, de gênero, econômica e social entre as pessoas?

Segundo os autores Lessa e Tonet (2011)²⁴, a humanidade presente nos dias de hoje está fortemente marcada pelos sentimentos “individualistas burgueses” como produto de um extenso processo histórico no qual se desenvolveu através da relação entre o indivíduo e a sociedade e indivíduo natureza. O escravismo e o Feudalismo passaram por modificações com a chegada do capitalismo, porém essas mudanças se deram através de interesses particulares e privados, e não por motivações de interesses coletivos.

Viana (2012), nos ressalta que a partir do momento em que surge a divisão de classes na sociedade, o trabalho passa a ser alienado e não objetivado, se tornando algo para suprir necessidades não próprias de quem produz, mas sim para suprir necessidades alheias. A sociedade passa a ser dividida e opostas, com duas classes sociais em posições diferentes, porém a classe mais alta depende da classe menos favorecida, fazendo o uso da exploração no qual utiliza-se da alienação mantendo assim a sua hegemonia.

[...] pois uma classe social (a classe dominante) passa a dirigir o processo de trabalho executado pela outra (a classe produtora) e, devido a isto, passa a dirigir o processo de distribuição dos bens produzidos, adquirindo para si a maior parte dos bens e cedendo para a outra classe os meios necessários para sua sobrevivência, ou seja, para que ela continue a trabalhar em benefício da classe dominante. (VIANA, 2012, p. 28).

²³ Biorritmos Humanos refere-se à biologia do ser humano, suas condições físicas, emocionais e intelectuais. “Biorritmo estuda nosso relógio biológico, nossos ritmos energéticos ou como é mais conhecido nossos ciclos biológicos, cuja análise individual nos mostra antecipadamente como está nossa energia nos ritmos físico, emocional, intelectual e agora o intuitivo, durante toda a nossa existência”. (ALMADA, Luiz, 2021).

²⁴ Só então é que se constituiu a natureza burguesa, mesquinha e egoísta dos homens que conhecemos. Longe de ser algo permanente na história, essa natureza egoísta do homem burguês foi construída pelos homens ao longo da história. E se essa natureza e o capitalismo foram construídos pelos homens, certamente podem ser por eles destruídos. (LESSA; TONET, 2011, p. 88).

Lessa e Tonet (2011) sustentam que a sociedade está em constantes modificações e com isso a história também, do ponto de vista filosófico certamente poderíamos pensar que da mesma forma que foram modificadas, podem também ser alteradas e formadas de outras maneiras, afim de desconstruir o atual modelo econômico frente às diversas desigualdades. Mas, para a sociedade capitalista conservadora isso não passa de um equívoco, pois a única sociedade possível é aquela cuja finalidade seja uma sociedade alienada, fragmentada e individualista.

Na discussão de trabalho alienado, Viana (2012) retratando-se a concepção de Marx, nos traz um debate relevante de como se dá o processo de alienação. Se dá a partir do momento em que o trabalhador não possui o controle de seu trabalho, nem pelo produto da sua atividade. O trabalho deixa de ser objetivado, consciente, para um trabalho no qual o trabalhador não satisfaz suas próprias necessidades e sim de outrem.

A alienação é a negação da essência humana, da espécie humana. Se a natureza humana se manifesta através do trabalho que “possui um caráter teleológico consciente, então o trabalho alienado nega a natureza humana, pois impede tal manifestação”. (VIANA, 2012, p. 30).

Uma das formas também de alienação se remete ao fato da informação, pois para a classe dominante quem está em seu meio pode e necessita saber do “funcionamento do mercado, das lutas políticas, da política internacional, das guerras e das conquistas, do Estado, da política e das disputas locais”. Lessa e Tonet (2011, p. 94). E já para o trabalhador, não é necessário saber de tanto, basta somente realizar suas atividades monótonas, e com as mesmas funções. Assim, o capital utiliza-se da alienação como forma de manter sua hegemonia e sua dominação perante a produção de riquezas.

A alienação pode levar o trabalhador a não se reconhecer perante a atividade que exerce, fazendo com que tenha sentimentos de incertezas e muitas vezes de inutilidade, pois sabemos que no mundo do trabalho o que se almejam é a produtividade, pressionando o trabalhador a produzir mais e mais, colocando metas e recompensas àquele que atingi-la. Assim como a autora Mângia (2003) incorpora.

A sociedade capitalista caracteriza-se pela apropriação privada do trabalho coletivo e pela distribuição desigual dos produtos desse trabalho. O trabalho é coletivo enquanto produção é privado enquanto apropriação. A apropriação do trabalho humano e seus excedentes é a base da alienação. (MÂNGIA, 2003, p. 40)

Ou seja, quanto mais se produz riqueza, mas também se produz desigualdades sociais/pobreza, pois sua distribuição não é igualitária, a riqueza fica somente com os donos dos meios de produção, os capitalistas, o trabalhador fica somente com um valor quantitativo do seu trabalho que executou, sendo ainda um valor mínimo, porém ao executar tal atividade ele produziu muito mais do que recebeu.

Santos e Lima (2005, p. 6) especifica que o trabalhador inserido nessa contradição, “[...] vê destituída de sentido a sua própria atividade [...]”, pois o resultado dela não lhe pertence, sucedendo-se a alienação e o estranhamento. Assim, ao não se reconhecer em sua atividade “está sendo acometido de diversos distúrbios comportamentais e psicossomáticos, sendo que o principal deles, o estresse é gerado muitas vezes pela insegurança social e profissional”.

Oliveira (2003) reforça que, de certo, o trabalho se caracteriza pelas relações sociais, pela subjetividade, e particularidade de cada ser, e não apenas por mecanismos e técnicas. Porém, o capitalismo, de acordo Franco (2011) intervém na vida social, cristalizando “[...] um processo de coisificação das relações sociais e de personificação ou reificação das coisas. São expressões próprias da alienação do trabalho e do fetichismo da mercadoria que constituem os pilares de uma sociedade alienada e patogênica”. (FRANCO, 2011, p. 174). Dessa forma os trabalhadores estão expostos a determinados tipos de trabalho e situações, com sentimentos e necessidades biológicas em jogo. Fernandes; et al (2018) reforçam que:

[...] Na era da globalização, a fragmentação das atividades laborais, aliada à competitividade no mercado de trabalho e o medo do desemprego, induz o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas. Esses são fatores que contribuem para o surgimento de sintomas ansiosos e depressivos nos trabalhadores. (FERNANDES; et al, 2018, p. 278).

O fato de estarem expostos a determinados tipos de trabalho, não quer dizer que é por livre e espontânea vontade, mas sim para sua subsistência e conseqüentemente sua sobrevivência: vendendo sua força de trabalho para aqueles que irá sugar mais da metade de sua força, pois o que o trabalhador emprega em sua atividade é exatamente sua vida. Meszaros (2006) defende que o trabalhador não ver significado no trabalho, há não ser, como “ganho”.

[...] é o trabalhador, que durante doze horas tece, fura, drila, constrói, quebra pedras, carrega pesos etc., considera essas doze horas como uma manifestação de sua vida, como vida? Ao contrário, a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. As doze horas de trabalho, por outro lado, não têm significado para ele como tecelagem, mineração etc., mas como ganho, que o leva à mesa, ao bar, à cama. Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo. (MESZAROS, 2006, p. 113).

De acordo Viana (2012) a alienação, portanto se dá intrinsecamente nas relações sociais, ou seja, é uma relação social, que se dá na exploração de uma classe sobre a outra, a dominação de um sobre o outro, um que dirige e a outra que produz, a alienação não se sucede na consciência, por mais que a afete, e sim se realiza nas relações sociais.

Oliveira (2003, p. 3-4) destaca que no trabalho deve haver espaço para o trabalhador desenvolver sua singularidade e personalidade, não havendo essa possibilidade de desenvolvimento subjetivo no trabalho, começa a aparecer estados de “[...] insatisfação, desânimo, tristeza, depressão e neurose [...]”. Caracterizando assim o sofrimento no trabalho através da falta de confiança, ausência de cooperação, o não reconhecimento no trabalho e a rigidez na gestão/organização do trabalho.

A desafetação, ou seja, a falta de investimento afetivo na execução da tarefa, em detrimento da falta de sentido, vai desencadear uma imagem narcísica, que se torna descorada e sem vida. O trabalhador sente-se inútil e de certa forma desqualificado, surgindo uma depressão que vai se manifestar através do cansaço. Esse desânimo o coloca frente ao trabalho como um ser condicionado, que perde sua capacidade de desenvolvimento criativo e intelectual. (OLIVEIRA, 2003, p. 7).

A autora Oliveira (2003, p. 12) destaca ainda algumas²⁵ características para que o trabalho não seja causador de tais sofrimentos, características como a cooperação, confiança e ética devem ser incorporadas²⁶. Quando existe essa possibilidade de cooperação, confiança e ética no trabalho no qual os trabalhadores são reconhecidos, e respeitados como seres humanos, ocorre a “[...] passagem do sofrimento para o prazer, quando ocorre o espaço aberto de discussão e são

²⁵ Importante ressaltar que entendemos essas características somente como forma de amenização do sofrimento no trabalho, e não como forma de abolir o sofrimento. Pois, para abolir o sofrimento deve-se extinguir sua raiz que é alienação do trabalho, que existirá enquanto houver propriedade privada dos meios de produção.

²⁶ [...] Para que haja essa cooperação, deve haver o mínimo de espaço público para que as opiniões, as dúvidas, as possíveis contradições sejam debatidas livremente, utilizando-se as arbitragens e as tomadas de decisões frente às questões do trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 6).

respeitadas a singularidade e a subjetividade de cada um, possibilitando a construção de relações mais satisfatórias”.

Oliveira (2003) sustenta que com as exigências e metas para se alcançar, os trabalhadores empregam seu total esforço e investimento pessoal na execução de suas tarefas e quando essa dedicação não é reconhecida pelas relações sociais no seu meio de trabalho principalmente pela gestão, começa a haver o sofrimento. Porém compreendemos que nenhuma ação empregada nos marcos do capitalismo conseguirá resolver por completo o sofrimento mental imbricado no formato de trabalho assalariado.

Quando existe a rigidez no trabalho, característica inerente ao modelo de economia que busca o lucro incessantemente, acontece a limitação do trabalhador de desenvolver de forma autônoma sua atividade, subjetivamente falando.

Silva, Druck e Franco (2010) ressaltam que a busca incessante de acumulação de capital e lucro leva a uma ausência da razão social do trabalho, ou seja, extingue a perspectiva de que o trabalho é uma forma de proporcionar dignidade e promover a potencialidade para o sujeito que o executa. Da mesma maneira, alertam os autores, a organização e as condições de trabalho tem como fator contribuir para o bem-estar do trabalhador, ou caso contrário, para o seu adoecimento.

[...] em todos os setores de atividades, têm se caracterizado pelas metas inalcançáveis e pelo ritmo intenso de trabalho favorecidos pelo patamar tecnológico da microeletrônica. A forte pressão de tempo somada à intensificação do controle ou da instrumentalização do medo à demissão conduzem à intensificação do trabalho. O aumento da competitividade também contribui para esta intensificação, além de, como veremos adiante, acarretar ressonâncias negativas para a sociabilidade e para a saúde mental. (SILVA; DRUCK; FRANCO, 2010, p. 231).

Assim como Santos e Lima (2005, p. 13) no qual recorrem a Dejours (1992) também mencionam que a organização do trabalho é de suma importância para a saúde mental ou para o sofrimento mental, dentro desse modo de produção capitalista “[...] designado por divisão e conteúdo da tarefa, relações de poder e responsabilidade”.

É entendido que o adoecimento do trabalho está em todos os ramos das profissões, porém é de importância compreender que existe algumas especificamente que lideram o ranking de profissões que mais adoecem o

trabalhador, e entre elas existem causas em comum como alta responsabilidade na profissão, cobranças e horas de trabalho excessivas.

As profissões com alto índice de depressão têm algumas características em comum, como carga horária extensa, excesso de cobranças e grande responsabilidade, por exemplo. Outra condição que pode causar sofrimento psicológico são relações interpessoais difíceis com o público ou com clientes. (PSICOLOGIA VIVA, 2008).

Psicologia Viva (2008), menciona com base em uma pesquisa publicada na revista *Health*, algumas profissões com alto índice de adoecimento, como enfermeiros particulares, profissionais da saúde, assistentes sociais, professores e garçons. De acordo a pesquisa justifica-se o adoecimento dos profissionais da área da saúde porque são mais expostos (as) ao desgaste mental devido ao longo expediente, e a grande responsabilidade ao lidar com vidas, causando-as pressão psicológica que conseqüentemente levam ao adoecimento.

Já os (as) assistentes sociais, muitas vezes se sentem incapazes de cumprir com seu papel devido às burocracias que atravessam o seu ambiente profissional, lidando ainda, com casos de violências de diversos tipos. Ainda segundo Psicologia Viva (2008), justifica-se o adoecimento dos professores, devido à responsabilidade em relação a qualidade do ensino, acompanhar e ao mesmo tempo fazer com que o aluno aprenda e desenvolva seu aprendizado, faz com que as horas em sala de aula não sejam suficientes.

Assim, levando muitas vezes o trabalho para dentro de sua casa, em suas horas de descanso para poder suprir com suas responsabilidades, trabalhando também em mais de uma instituição, o que resulta em pouco tempo para cuidar de si mesmo, e além de tudo, sofre ainda com a desvalorização de sua profissão. Já os garçons e garçonetes, trabalham horas e horas servindo mesas e públicos, equilibrando a bandeja tendo que manter firme sua postura, levando-os a um grande desgaste físico e mental.

A problemática acerca do bem estar dos profissionais que trabalham diretamente com pessoas, a saber, professores, enfermeiros, assistentes sociais, vem tomando, hoje em dia, uma importância mais acentuada, visto que algumas tarefas do mundo atual podem levar este profissional à perda de autoestima, desprezo por sua profissão, podendo levar ao absenteísmo e abandono da profissão. (SANTOS; LIMA, 2005, p. 15).

Um exemplo de adoecimento derivado do trabalho é a Síndrome de Burnout²⁷ que se desenvolve diante de tais condições em que o trabalhador é exposto, é um termo bastante utilizado aos profissionais denominados “doadores de cuidado”²⁸, como afirma Santos e Lima (2005). Pêgo e Pêgo, seguindo na mesma linha de raciocínio, afirmam que:

A SB é um processo que se desenvolve na interação de características do ambiente de trabalho e características pessoais. É um problema que atinge profissionais em serviço, principalmente aqueles voltados para atividades de cuidado com outros, no qual a oferta do cuidado ou serviço frequentemente ocorre em situações de mudanças emocionais. (PÊGO; PÊGO, 2016, p. 174).

Pêgo e Pêgo (2016), salientam ainda que a síndrome de Burnout afeta a vida do ser humano em todos os sentidos, pessoais e profissionais, pois ao sentir fadiga e estresse, sendo alguns dos sintomas, conseqüentemente a produtividade no trabalho diminui-se, acarretando uma sobrecarga de atividade. Os autores destacam alguns sintomas da síndrome.

São diversos os sintomas associados ao Burnout encontrados na literatura. Dentre eles estão os sintomas físicos (fadiga constante e progressiva, dores musculares ou osteomusculares, distúrbios do sono e do sistema respiratório, cefaleias/enxaquecas, perturbações gastrointestinais, imunodeficiência, transtornos cardiovasculares, disfunções sexuais e alterações menstruais em mulheres); os sintomas psíquicos (falta de atenção/concentração; alterações da memória; lentificação do pensamento; sentimento de alienação, de solidão e de impotência; impaciência; labilidade emocional; dificuldade de autoaceitação/baixa autoestima; astenia/desânimo/disforia/depressão; desconfiança/paranoia); os sintomas comportamentais (negligência/escrúpulo excessivo, irritabilidade, incremento da agressividade, incapacidade para relaxar, dificuldade na aceitação de mudanças, perda de iniciativa, aumento do consumo de substâncias, comportamento de alto risco, suicídio) e os sintomas defensivos (tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda do interesse pelo trabalho ou até pelo lazer, absenteísmo, ímpetos de abandono do trabalho, ironia/cinismo). (PÊGO; PÊGO, 2016, p. 173).

Quando o profissional está com a síndrome de Burnout, ele não vê mais sentido em sua relação com o trabalho, não consegue dispor de qualquer esforço, pois, para ele já parece ser inútil. Podemos perceber que quando se atinge essa síndrome o trabalhador já está em seu limite psicológico, “[...] ocorre, então,

²⁷ O termo “Burnout”, de origem inglesa, designa algo que deixou de funcionar por exaustão de energia. Pode-se dizer que o termo descreve uma síndrome com características associadas, que representam uma resposta aos estressores laborais crônicos. (PÊGO; PÊGO, 2016, p. 172).

²⁸ O Burnout acomete profissionais que mantêm uma relação direta e constante com outras pessoas, como professores, médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, policiais, bombeiros, etc. (PÊGO; PÊGO, 2016, p. 175).

ansiedade, melancolia, baixa autoestima e sentimento de exaustão física e emocional”. (SANTOS; LIMA, 2005, p. 19).

Pêgo e Pêgo (2016, p. 174), defendem que para se evitar a síndrome de Burnout, deve-se verificar e reorganizar os “processos de trabalho” pois é “imprescindível que haja percepção do significado do trabalho e que o trabalhador se sinta engajado e responsável por aquilo que faz, sem sentir-se coagido por normas e políticas rígidas”.

De acordo as discussões até aqui expostas, acerca do adoecimento mental presente no mundo do trabalho, tratou-se especificamente do Serviço Social e das metamorfoses do mundo do trabalho, pois considera-se o (a) assistente social como um (a) profissional inscrito (a) na divisão sócio técnica do trabalho, e, portanto, inseridas (os) na dinâmica das lutas de classes, e lutas sociais, buscando uma sociedade mais justa e a favor dos direitos sociais. Discutiui-se também a realidade da (o) assistente social como empregado (a) assalariado em um espaço contraditório e o processo do trabalho da (o) assistente social em tempos neoliberais.

3 A ESPECIFICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo apresentará as particularidades do Serviço Social no mundo do trabalho e está subdividido em dois subitens, no qual o primeiro tem por título: O Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, sendo realizado uma breve contextualização histórica da profissão para uma compreensão desta na atualidade. E o segundo adentrou na precarização do trabalho e nas contradições em que o (a) profissional encontra no seu exercício profissional.

A contextualização do primeiro subitem teve como referências os autores Carvalho e Yamamoto (2006), Yazbek (2009), Barroco (2005), Castro (2000), Santos e Lopes (2018) e Martinelli (2000). No qual discutiu-se sobre a origem do Serviço Social que atuava de forma conservadora, devido sua ligação com a igreja católica, mas que passou por transformações em seu interior, intervindo de forma laica e crítica na realidade social.

Foi discutido a atuação do (a) profissional assistente social inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, que, atua no atendimento a classe trabalhadora, na efetivação dos direitos sociais necessários à sociedade, e ao mesmo tempo também, é dependente da classe dominante, visto que o (a) profissional não possui os meios de produção para a execução e realização do seu trabalho.

No próximo subitem denominamos: O (a) assistente social como profissional inscrito em campos de tensões e disputas, salientou-se os desafios contemporâneos e as contradições em que o (a) assistente social enfrenta no dia a dia na execução do seu trabalho. Discutiu-se sobre a precarização do seu trabalho, e das políticas públicas, no qual é um dos principais espaços de atuação profissional. A discussão desenvolveu-se com os autores Yazbek (2014), Boschetti (2017), Mota (2014) e Faleiros (1999). Dessa maneira, o presente capítulo iniciou-se com a explanação histórica do serviço social e a sua atuação inscrita na divisão sócio técnica do trabalho.

3.1 O Serviço Social como profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho

O Serviço Social contemporâneo inscrito na divisão sócio técnica do trabalho é guiado por princípios que se referem a liberdade, igualdade e equidade, expresso em seu Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/93, porém, nem sempre a profissão teve esse olhar crítico. O Serviço Social tem sua origem vinculada à igreja católica, e por isso tinha uma atuação profissional conservadora, mas, passou por momentos históricos e de tentativas de ruptura com o conservadorismo.

Segundo Carvalho e Iamamoto (2006), a profissão surgiu a partir da necessidade do capitalismo de controlar a classe trabalhadora, e de formar um canal de mediação entre o Estado e a classe operária. Yazbek (2009) seguindo na mesma linha de raciocínio, enfatiza que o Serviço Social nasce como um instrumento operado pela classe dominante para empregar e manter seu poder na sociedade.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente com um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. (YAZBEK, 2009, p. 6).

O surgimento do Serviço Social remete à um contexto histórico de lutas dos movimentos sociais ligados a classe trabalhadora/operária para seu reconhecimento enquanto produtora de riquezas e para o seu bem-estar social, pois não tinham condições de trabalhos de forma digna, tampouco direitos trabalhistas. Carvalho e Iamamoto (2006)²⁹ destacam que o capitalista enxergou os movimentos sociais como uma ameaça à sua hegemonia, e uma forma de manter o controle social para perpetuação do regime de propriedade privada.

Os autores acima citados apontam ainda que mediante esses movimentos sociais para o reconhecimento de uma cidadania social, a classe dominante sentiu-se pressionada e tiveram que se posicionar mediante as reivindicações sobre as

²⁹ A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital- e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 126).

péssimas condições de trabalho. Ou seja, posicionar-se mediante as expressões e manifestações da questão social, que até então eram vistas como algo místico e natural entre “abençoados e desabençoados”. O Serviço Social emerge a partir desse contexto histórico.

[...] Ao mesmo tempo “a questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 126-127).

O Serviço Social surge no Brasil numa perspectiva advinda da classe dominante, caracteriza-se em uma profissão conservadora. A visão conservadora de mundo conforme Yazbek (2009) aponta, esteve presente na profissão em sua origem, quando era vinculada a igreja católica, uma profissão de caráter assistencialista, caritativa e positivista, que atuou com o objetivo de combater os “desajustamentos” dos indivíduos, utilizava-se da moralização, culpabilização e punição de sua “clientela”. Barroco (2005) nos explica como o conservadorismo era atribuído ao Serviço Social, de forma indissociável do preconceito e da discriminação.

A presença do conservadorismo moral, no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das idéias positivistas. A vivência cotidiana, orientada por seus pressupostos valorativos, tende a reproduzir a alienação moral, em seus aspectos já assinalados: a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preceitos e modos ou comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos”. (BARROCO, 2005, p. 74).

Segundo Martinelli (2000) e Yazbek (2009), o Serviço Social ocorre no Brasil em meados da década de 1930, no qual o Estado criou um conjunto de iniciativas³⁰ com o objetivo de amenizar as tensões entre as classes sociais, criou-se o salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho e outras iniciativas assistenciais mais com o objetivo de controle da classe trabalhadora³¹.

³⁰ Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais. (YAZBEK, 2009, p. 6).

³¹ “A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista”. (YAZBEK, 2009, p. 6).

Castro (2000) também acentua que as organizações populares realizadas pela classe operária, apresentaram “novas exigências sociais”, destaca que o Estado procurou dirigir as lutas populares à legislação burguesa, que ficariam sob controle do Estado para não se perder o domínio sobre a classe de trabalhadores³². A vista disso, o Estado desenvolveu “mecanismos preventivos e de manipulação”, para “cuidados” da classe operária/trabalhadora, mas ao mesmo tempo formas de manipulação para garantir a reprodução das relações sociais de produção.

Portanto, impõe-se a necessidade de o capital articular mecanismos preventivos e de manipulação que, sob a forma de cuidados às necessidades dos trabalhadores, facilitem as condições para a sua reprodução. As exigências históricas da acumulação capitalista que supõem a reprodução das relações sociais de produção com as suas incidências no campo ideológico, instauram a sua lógica, multiplicando e diversificando mecanismos de intervenção que propiciem a defesa e a ampliação do capital. Este é o impulso específico do qual derivam as forças que põem novos critérios para o desenvolvimento da profissão. (CASTRO, 2000, p. 46).

Uma das principais iniciativas da implantação do Serviço Social no Brasil, segundo a autora Martinelli (2000), foi o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS³³), com iniciativa das cónegas de Santo Agostinho que tinha o objetivo de qualificar agentes para a prática de ação social, o público eram somente mulheres ligadas as famílias burguesas, e o nome do curso era Curso Intensivo de Formação Social para moças. Porém, somente em 15 de fevereiro de 1936 de acordo Yazbek (2009) é que se instaura a primeira escola de Serviço Social no Brasil, com ações e objetivos ainda fundamentadas na relação com a Igreja Católica, ações conservadoras e moralistas³⁴.

³² No auge das organizações operárias, cuja combatividade é um elemento de réplica às formas de exploração, especialmente contra o prolongamento da jornada de trabalho, aquela legislação se foi definindo sob a aparência de concessões burguesas – e, mesmo constituindo conquista popular, permite a burguesia canalizar o protesto do povo e perceber que, se adquirem maior dimensão, aqueles germes de organização e aquela combatividade torna-se-ão de difícil controle. (CASTRO, 2000, p. 45-46).

³³ O centro criou também quatro Centros Operários ainda em 1932. Mais tarde, esses Centros se constituiriam em sedes da Juventude Operária Católica e serviriam como campos de estágio para as alunas do Curso de Serviço Social. (YAZBEK, 2009, p. 8).

³⁴ Considera-se que o Serviço Social no Brasil, como profissão, começa com a formação dos primeiros assistentes sociais em 1936, data da criação da Escola de Serviço Social de São Paulo. No ano seguinte é criada a Escola do Rio de Janeiro. Ambas ligadas a organizações leigas da Igreja Católica. (CARLOS, 1993, p. 11).

A profissão deixa de ter sua atuação pautada pelo positivismo³⁵, a partir do momento que se aproxima dos estudos de Marx, passa a atuar com o objetivo de defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora. Barroco (2005, p. 141) enfatiza que uma pequena parcela de profissionais assistentes sociais “opta pela participação política e cívica; amplia sua consciência social e recusa ideologicamente a ordem burguesa”, por meio do movimento de reconceituação, se aproxima do marxismo³⁶ e começa a pautar a prática profissional em consonância com compromisso as “classes populares”.

Começa a produzir uma literatura crítica voltada à busca de compreensão do significado da profissão; participa do debate e das entidades latino-americanas, busca elementos para a superação crítica de seus equívocos, questiona as teorias tradicionais, denuncia a pretensa neutralidade profissional; anuncia seu compromisso com as classes trabalhadoras. (BARROCO, 2005, p. 142).

Santos e Lopes (2018) sublinham que no Brasil o Serviço Social caminhou para um amadurecimento profissional, a partir do momento que os (as) assistentes sociais começavam a indagar-se sobre as suas atuações profissionais diante das expressões e manifestações da questão social. Para concretização desse processo ocorreu o que denominamos de Movimento de Reconceituação que foi pensado e caracterizado com um dos momentos mais significativos para a profissão.

O Movimento de Reconceituação foi um dos movimentos mais importantes para a tentativa de ruptura com a ideologia conservadora, no qual tinha o objetivo de transformação dos diversos aspectos da profissão, busca tecer uma análise crítica e das relações sociais como um todo. Silva, Silva e Souza Junior (2017) comentam que o movimento de reconceituação foi um importante momento para o processamento de uma revisão conservadora para uma revisão crítica que expressa as inquietações dos profissionais assistentes sociais frente as suas atuações. Na mesma perspectiva, Viana, Carneiro e Gonçalves (2015) afirmam a relevância que o

³⁵ O positivismo se caracteriza em um viés conservador, de moralização e culpabilização do sujeito por suas condições sociais e econômicas. [...] o positivismo e o Serviço Social, possuem raízes conservadoras que se expressam, entre outras formas, por meio da naturalização da existência da pobreza. Com um projeto profissional enraizado no conservadorismo, ligado à Igreja Católica, os assistentes sociais brasileiros partiam do pressuposto de que as desigualdades sociais eram naturais e, portanto, insuperáveis. (CHAGAS, 2015, p. 171).

³⁶ Nesse sentido, o marxismo é a teoria social que busca entender os fenômenos sociais em sua essência, em sua totalidade [...] O conhecimento dessas contradições é parte fundamental da tomada de consciência do proletariado em relação a sua situação de classe explorada. É imprescindível, portanto, para a transformação desta sociedade. (CHAGAS, 2015, p. 172).

Movimento de Reconceituação teve para a classe de profissionais assistentes sociais foi:

Perceber o quão é relevante a análise do Movimento de Reconceituação, pois é através dele que o profissional de Serviço Social, reconhece a relevância que o agir profissional crítico tem diante da realidade social, pois é o momento que a profissão rompe com o tradicionalismo, e se vê mais comprometido com a prática profissional. (VIANA, CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, p. 7).

O Serviço Social passou a intervir em favor dos interesses da classe trabalhadora, opondo-se à ordem vigente, quando em 1990 se consolida a teoria marxista na profissão. Dessa maneira, o (a) assistente social está inserida na divisão sócio técnica do trabalho, no processo contraditório de reprodução das relações sociais. De acordo com Giló e Lima (2018, p. 6), o (a) profissional assistente social, “[...] atuando no campo da reprodução social, isto é, contribuindo para a valorização do capital e a manutenção da força de trabalho”, ao mesmo tempo não se retira do seu compromisso com a classe trabalhadora, formando assim dessa forma uma relação contraditória.

Importante assinalar que o (a) assistente social está inserida (o) na classe trabalhadora, visto que vende sua força de trabalho a classe dominante, pois não possui os meios de produção para executar e realizar seu trabalho, sendo assim dependente do empregador.

Carvalho e Iamamoto (2006), enfatizam que embora seja uma “profissão liberal”, ela não se encontra totalmente autônoma para realizar suas atividades, não possui condições materiais e nem técnicas, nem tampouco o controle sobre o seu trabalho, incluindo jornada de trabalho, remuneração e até o público atendido. “O trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 85).

Mas, isso não quer dizer que o (a) assistente social não tenha uma relativa autonomia, no qual destaca Yazbek (2009), autonomia essa que conta com particularidades do Serviço Social, como a peculiaridade que o (a) profissional pode estabelecer com o usuário, a oportunidade de propostas, projetos de intervenção, a existência do Código Ética profissional e a Lei de Regulamentação da profissão, ambos de 1993.

É necessário sublinhar aonde que o (a) profissional assistente social emprega essa “força” de trabalho. Sendo considerado objeto de trabalho do (a) assistente social a questão social nas suas variadas expressões, no qual nada mais é do que o “resultado” da contradição entre capital e trabalho, que emerge expressões e manifestações da questão social, ou seja, a questão social é inseparável da acumulação capitalista, pois quanto mais riqueza existir, existira também mais pobreza, dessa forma mais desigualdades sociais e tensões sociais.

Sendo a mais valia a base de acumulação do capital, faz com que prevaleça a exploração da massa dos trabalhadores. Nessa perspectiva a questão social faz parte do capitalismo, ou seja, é fruto desse modo de produção. Carvalho e Iamamoto (2006), apontam as manifestações da questão social na atualidade: a terceirização de empresas, privadas ou governamentais, como também desemprego, fome, falta de moradia, entre outras expressões e manifestações, assim como também a autora Yazbek (2001) frisa que essas consequências do capitalismo contemporâneo, recai sobretudo nas populações empobrecidas.

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis, e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBEK, 2001, p. 35).

A autora citada, nos traz apontamentos sobre a naturalização das expressões e manifestações da questão social, ressalta o modelo neoliberal que busca cada vez mais “diminuir” sua intervenção no combate à desigualdade social. Apoiam a filantropia desde que os casos “assistidos” não venham virar direitos sociais nem tampouco políticas públicas.

O (a) assistente social atua sobre essas determinadas expressões e manifestações da questão social, através de políticas públicas, no qual utiliza dos conhecimentos teóricos-metodológico, ético político, e técnico operativo, e é regido pelo seu Código de Ética Profissional nº 8.662/93, que possui como base onze

princípios éticos³⁷ que norteiam a profissão, na qual possuem um direcionamento social e político voltada a efetivação dos direitos sociais inerentes a sociedade. Porém, é importante assinalar que mesmo o seu direcionamento ético ser contra todo tipo de preconceito, racismo, discriminação, encontra-se ainda em seu meio uma parcela conservadora.

Segundo a autora Boschetti (2015) existe ainda um certo conservadorismo na profissão, no qual se avança, tentando se consolidar, e falar sobre isso é importante, como forma de refletir, realizando uma análise crítica desse avanço, e pensar formas de combater a esse conservadorismo. A autora destaca que existe um distanciamento entre o Código de Ética, e o exercício profissional, na qual, alguns profissionais tem atuado de forma conservadora.

Esse distanciamento, dizem essas análises, resultaria de um avanço do conservadorismo no âmbito da prática profissional, que afastaria os(as) assistentes sociais da vanguarda profissional e estaria na base de um processo de derruição do Projeto Ético-Político Profissional. (BOSCHETTI, 2015, p. 638).

Entende-se que na atual conjuntura em um governo neoliberal, se torna, mais propício a perpetuação do conservadorismo na profissão, porém, não se pode permitir que venha se consolidar, pois, necessita-se cada vez mais de direitos sociais, direitos humanos, sem distinção de sexo, com atendimentos humanizados, sem autoritarismo, e sem preconceito, como Boschetti salienta que:

[...] No âmbito especificamente do Serviço Social, o desafio de reafirmar nosso Projeto Ético-Político é mais necessário do que nunca, pois não podemos recuar diante da ofensiva conservadora e retroceder nas conquistas alcançadas por tantas gerações. (BOSCHETTI, 2015, p. 650).

Santos e Lopes (2018) ressaltam que a prática profissional do (a) assistente social é dotada de intencionalidade baseada em seu código de ética profissional, tendo que intervir de forma intelectualizada as demandas manifestadas pela questão

³⁷ I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central [...] II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania [...] IV. Defesa do aprofundamento da democracia [...] V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social [...] VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito [...] VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária [...] IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Lei nº 8.662/93, 2011, p. 23).

social, providenciando, assim, estratégias para transformar uma determinada realidade social e efetivar um direito social, dessa forma, irá utilizar de instrumentos técnicos operativos para executar sua atividade.

Referente a sua atuação profissional, o (a) assistente social enfrenta certos desafios inerentes a sua posição como membro da classe trabalhadora, visto que a atual conjuntura com a hegemonia do modo de produção capitalista e o neoliberalismo fazem com que o Estado intervenha de maneira mínima nas políticas sociais, impactando diretamente o (a) profissional assistente social, pois seu trabalho está diretamente vinculado com as políticas públicas.

Portanto, Santos e Lopes (2018) afirmam que o Serviço Social está ligado diretamente à dinâmica da sociedade capitalista, que se desenvolve com objetivo de conquistar condições de maior exploração dos trabalhadores, gerando crises e ameaças aos direitos sociais até aqui conquistados, e nas políticas públicas, ocorrem às privatizações, focalização e as flexibilizações.

Ser cidadão no sistema vigente é ter poder de consumo, assim, perde-se o significado de direitos sociais que já não são entendidos como dantes, com caráter jurídico e universal. Nesta conjuntura política, social e econômica, as políticas sociais se tornam inoperantes e o assistente social trava cotidianamente o enfrentamento frente às diversidades na luta pela justiça social. (SANTOS; LOPES, 2018, p. 12-13).

O (a) assistente social enquanto “[...] trabalhador assalariado terá de se utilizar da sua intelectualidade, criticidade, instrumentalidade e capacidade de proposição para enfrentar os desafios contemporâneos [...]”. (SANTOS; LOPES, 2018, p. 12). Ou seja, o (a) assistente social além de ser uma profissão a favor da classe trabalhadora e ao mesmo tempo inserido também nessa classe, acaba que seu fazer profissional exige de forma acentuada a sua intelectualidade e profissionalização, pois é necessário estar a par das mudanças societárias que ocorrem no contexto político, econômico, e social para melhor intervir em determinada realidade.

O próximo subitem tratará especificamente sobre esses desafios contemporâneos que o (a) assistente social enfrenta no decorrer do seu exercício profissional, as contradições e precarização do seu trabalho.

3.2 O (a) assistente social como profissional inscrito em campos de tensões e disputas

O (a) profissional assistente social como discutido no subtítulo anterior, se encontra inscrito (a) na divisão sócio técnica do trabalho, e depara-se com contradições referentes a seus espaços sócio ocupacionais, principalmente as políticas públicas que representam direitos sociais de todo e qualquer cidadão, mas que na atual conjuntura de retração do Estado na proteção social, os investimentos para a melhoria das políticas públicas não ocorrem de forma suficiente.

Essa retração reflete diretamente no agir profissional do (a) assistente social, forçando-o (a) lidar com a precarização de seu trabalho e meio social, que acaba rebatendo conseqüentemente em sua saúde. Yazbek (2014), destaca algumas dificuldades e obstáculos no exercício profissional do (a) assistente social frente ao “atual regime de acumulação”, e de como isso impacta a dinâmica da questão social, apresentando assim novos desafios aos profissionais do Serviço Social, pois esses atuam visando uma mudança contra hegemônica à sociabilidade capitalista.

O capital de acordo Yazbek (2014) adquire o controle sobre a sociedade, expresso na mundialização da produção, no qual ocorre a flexibilização dos vínculos empregatícios; avanços tecnológicos, impactos ambientais, e principalmente domínio nas organizações de trabalho. Sabemos que a sociedade está em constantes modificações, e é preciso saber que todas elas são advindas do atual modelo econômico predominante que expropria as classes subalternas de forma exploratória e lucrativa.

Observa-se que em detrimento do atual contexto social e econômico, o (a) profissional assistente social encontra o desafio de “fazer valer” o Código de Ética Profissional³⁸, visto que vai contra a exploração, discriminação, preconceito, e o autoritarismo e também enfrenta desafios objetivos como trabalhador (a) assalariado (a), como destaca Boschetti (2017, p. 67), “[...] Como trabalhador(a), o(a) assistente social vivencia a mesma injunção de relações precarizadas e baixos salários que atinge a maioria da classe trabalhadora”.

³⁸ Lutar, defender e materializar direitos no exercício da profissão, portanto, caracteriza-se como um desafio cada vez mais requerido no confronto capital/trabalho, mas pressupõe situar o sentido e a dimensão dos direitos e das políticas sociais que os materializam num projeto coletivo mais amplo de supressão da sociabilidade mercantilizada. (BOSCHETTI, 2017, p. 65).

Ou seja, no seu ambiente de trabalho, no decorrer de suas atividades profissionais, a autora Boschetti (2017) discute que ocorre a “disparidade salarial”, marcada por baixos salários, no qual o (a) profissional muitas vezes acaba por fazer “[...] duplos ou triplos contratos de trabalho”. Cita que determinadas condições de trabalho não acatam a Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõem de condições necessárias ao atendimento profissional e desenvolvimento das atividades.

Também enfrenta condições de trabalho insatisfatórias que não atendem ao disposto na Resolução CFESS n. 493/2006, como inexistência de espaço físico exclusivo para atendimento sigiloso, ausência de equipamentos para guarda de material ou para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado. (BOSCHETTI, 2017, p. 67).

O (a) profissional assistente social possui como compromisso ético profissional atender a sociedade sobre seus direitos sociais necessários, no qual atua em favor da classe trabalhadora, nos possibilita pressupor que a realização desse exercício profissional de acordo Yazbek (2014) está ligada diretamente as relações sociais, relações essas contraditórias, pois ao mesmo tempo em que proporciona a reprodução da sociedade capitalista, também se abre a perspectiva para sua transformação.

A autora Yazbek (2014) ressalta ainda a dificuldade que existe para se concretizar meios de transformação da sociedade contemporânea em outra ordem societária “contra hegemônica” do modelo neoliberal capitalista. Especifica que com as mudanças que ocorrem no meio da sociedade, mutações essas advindas da dinâmica da exploração do capitalista sobre as classes subalternas, os (as) assistentes sociais também sentem essas modificações e é preciso que haja sempre uma “atualização” profissional na intenção de melhor intervir nessas questões.

De acordo Mota (2014), caracteriza-se como uma competência necessária ao agir profissional, a intelectualidade³⁹, pois a sua intervenção profissional envolve pesquisa, reflexão e o trabalho com a criticidade de modo a compreender a realidade social, e a conjuntura social, e na falta dessa “intelectualidade”, o

³⁹ A prestação de serviços imediatos em que interfere o Assistente Social contribui para que sejam atendidas as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classes trabalhadoras, especialmente de seus segmentos mais pauperizados, contribuindo com sua reprodução material. É acoplado a esses serviços buscados pela população que o profissional desempenha suas funções tipicamente intelectuais. (IAMAMOTO, 2004, p. 41).

conservadorismo e o julgamento correm o risco de serem sobrepostos. Destaca ainda alguns pontos que venham agregar a intelectualidade do profissional.

Em oposição a essa postura, defendemos a necessidade de exercitar nossa capacidade de análise da experiência profissional cotidiana, identificando: a) iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas; b) processos de democratização de decisões; c) conquistas e possibilidades do exercício de direitos; d) mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária. (MOTA, 2014, p. 701-702).

Boschetti (2017) cita algumas expressões e manifestações da questão social decorrente de todo esse contexto de economia neoliberal, e que o (a) assistente social é denominado a intervir, como os casos dos refugiados, “arrancados de suas vidas, suas histórias, suas raízes, devido à violência, guerra civil, conflitos, pobreza ou desastres naturais” Boschetti (2017, p. 56). Pessoas que são forçadas, obrigadas a deixarem seus lares, e seguem um caminho sem destino no qual muitas vezes não conseguem encontrar outra moradia.

O (a) assistente social situa-se entre essa luta de classe, porém seu posicionamento não é neutro, mas sim, em favor da classe trabalhadora, de acordo com seu Código de Ética Profissional. Eis que surge a indagação: por que é um desafio para o (a) assistente social intervir, e fazer com que seus objetivos sejam alcançados por completo? Devido a todo o contexto em que os sujeitos sociais estão inseridos, cercados pelo modo de produção capitalista e o governo neoliberal. Mota (2014) complementa esse movimento de tensão que o (a) assistente social enfrenta.

[...] percebemos que vários são os fatores que a tensionam: de um lado, as diretrizes, os valores, os fundamentos e requerimentos teóricos e políticos expressos no projeto ético-político profissional; de outro, os determinantes técnico-institucionais e da divisão sociotécnica do trabalho que mediatizam a produção e a reprodução social. Defronta-se a cultura profissional, marcadamente crítica e de esquerda, com as contradições e dinâmicas econômico-políticas e institucionais próprias da sociedade do capital. (MOTA, 2014, p. 700).

A intervenção profissional está sempre em uma “correlação de forças”, como enfatiza Faleiros (1999, p. 44), pois há sempre um conflito de interesses “[...] no processo de hegemonia/contra-hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que os grupos sociais desenvolvem a partir de seus projetos societários básicos”. Ressalta ainda o autor, a importância de compreender o sujeito

para além de uma imediatividade, sendo necessário a intervenção “nas condições de vida e de trabalho”.

Conforme declara Boschetti (2017), a eliminação de direitos já conquistados, e o avanço do conservadorismo, impõe posicionamentos contra os direitos humanos, e atinge diretamente o trabalho do (a) assistente social que busca em seu cotidiano profissional, o oposto do governo neoliberal, que é a ampliação e a permanência dos direitos e acesso a eles.

[...] A contradição perene entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e os ditames da acumulação do capital, que requer a mercantilização de bens e serviços, coloca a profissão no “fio da navalha” dos antagonismos de classe e lhe atribui imenso desafio cotidiano. (BOSCHETTI, 2017, p. 64).

O Serviço Social se consolidou no campo das políticas sociais, com o objetivo de materialização dos direitos como a educação, moradia, saúde, previdência, assistência social e trabalho. Boschetti (2017, p. 63) afirma “São diferentes e variadas competências e atribuições profissionais realizadas no dia a dia, em sua maioria na relação direta com os(as) trabalhadores(as) em condições de violação de direitos”. Porém, as políticas sociais, ressalta a autora, em contexto de crise, são os primeiros alvos do discurso de contenção de gastos. Reafirma a autora que os direitos sociais são:

[...] os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros. (BOSCHETTI, 2017, p. 65).

Seguindo a discussão de Boschetti (2017), as políticas sociais brasileiras não conseguem atingir a universalidade, tampouco reduzir de forma significativa a desigualdade social e como o (a) assistente social trabalha diretamente nessas políticas, vive-se um conflito que por mais que proporcionem de forma correta suas atribuições e competências, o seu resultado encontra-se estabelecido pela condição da política social e pela sua posição de trabalhador inscrito na divisão sociotécnica do trabalho. Mota (2014) faz uma crítica ao dizer que é um desafio ao Serviço Social do século XXI, manter a relação teórico-político, com a prática e a formação profissional.

[...] um dos principais desafios profissionais do Serviço Social no século XXI é garantir que os avanços teórico-políticos e acadêmicos do Serviço Social brasileiro, gestados desde a década de 1980, mantenham uma relação de unidade com a prática e a formação profissional (o que se distingue radicalmente da ideia de identidade e/ou de aplicabilidade). (MOTA, 2014, p. 699-700).

Em síntese podemos destacar algumas tensões e desafios profissionais para os (as) assistentes sociais como: acompanhar todo o movimento societário para entender a realidade social, e através desse “todo contexto” conseguir compreender a realidade social individual, não deixando de lado a dialética.

Trabalhar em ambientes precarizados, ou em políticas públicas focalizadas e desfinanciadas; a ausência de reconhecimento da profissão, pois o Serviço Social por ser uma profissão que tem forte teor intelectual, acaba que o seu reconhecimento não ocorre da forma como deveria, porém, compreende-se que essa desvalorização ganha legitimação na sociedade elitizada e capitalista, onde uma profissão que trabalha com a criticidade, pode ser vista como ameaça ao status quo. Assim como a autora Boschetti argumenta.

Os (as) assistentes sociais enfrentam, ainda, o desconhecimento por parte da instituição ou de outros profissionais de suas competências e atribuições; vivenciam situações de desvalorização ou desqualificação profissional, o que provoca demandas de trabalho estranhas às suas competências e atribuições. A desregulamentação dos direitos, o endurecimento dos processos de trabalho e a fragmentação das tarefas levam a um processo de diluição das particularidades e especificidades profissionais. Desta forma, muitas vezes o(a) assistente social é chamado(a) a fazer tudo e qualquer coisa, o que implica nítido desrespeito à sua formação e titulação. (BOSCHETTI, 2017, p. 67-68).

No próximo capítulo será abordado sobre a metodologia aplicada neste trabalho, no capítulo seguinte será discutido mais profundamente o processo de adoecimento mental de assistentes sociais decorrente do seu exercício profissional, no qual compreende-se uma ligação entre a objetividade e a subjetividade do ser social.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica, no qual adotou uma abordagem quali-quantitativo e teve como finalidade uma pesquisa exploratória. Teve como fonte de coleta de dados os periódicos publicados acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional entre os anos de 2010 a 2019 nos anais virtuais das revistas que possuíam a pontuação máxima de Qualis A1 de acordo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sendo elas: Serviço Social & Sociedade⁴⁰ e a Katálysis⁴¹. Como critério de escolha dos periódicos para análise, foi procurado por palavras chaves como: saúde mental de assistentes sociais e adoecimento, ou seja, artigos que possuíam o título referente a pesquisa disponíveis no ambiente virtual.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de materiais já elaborados, como artigos científicos e livros. Segundo o autor a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador a vantagem de conhecer os fenômenos em uma forma mais extensa, sem a necessidade de pesquisa-lo diretamente. Marconi e Lakatos (2008, p. 185), enfatizam também que a pesquisa bibliográfica coloca o pesquisador diretamente em contato com tudo aquilo que já foi produzido ou dito, sobre determinado fenômeno. Destacando ainda que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Assim, para contextualizar o tema da pesquisa foi elaborado uma revisão bibliográfica com o intuito de compreender e apresentar o leitor o estado da arte referente ao problema pesquisado. Para tanto foram utilizados os principais sites de pesquisas, sendo Google acadêmico e Scielo.

⁴⁰ A Revista *Serviço Social & Sociedade* (Qualis A1) é uma publicação quadrimestral da Cortez Editora que vem sendo publicada ininterruptamente desde 1979, constituindo-se em um espaço de manifestação de questões do Serviço Social e das Ciências Humanas e Sociais, da teoria social e das políticas públicas e de temas da realidade brasileira e mundial. (Revista Serviço Social e Sociedade. **Instruções aos autores.** Disponível em: <https://www.scielo.br/revistas/sssoc/pinstruc.htm>, acesso em 06 de abril de 2021).

⁴¹ A Revista *Katálysis*, criada em 1997, é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, classificada como A1 pelo Qualis/Capes. A Revista *Katálysis* tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, política social, trabalho, questão social e saúde pública. (Revista *Katálysis.* **Sobre a Revista.** Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/about>, acesso em 06 de abril de 2021).

Foi adotado a pesquisa exploratória porque buscou-se compreender, como sé dá a relação da precarização e o adoecimento mental do (a) profissional assistente social, bem como também identificar as produções teóricas realizadas pelo Serviço Social acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional. Gil nos enfatiza, que o objetivo da pesquisa exploratória trata-se de:

[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo”, possibilitando assim ao pesquisador alcançar os objetivos da presente pesquisa. Enfatiza ainda que é utilizado “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008 p. 27).

Utilizou-se da abordagem quali-quantitativo, porque apesar de conter números, os mesmos foram analisados de forma qualitativa, alcançando o objetivo que foi de identificar as produções teóricas realizadas pelo Serviço Social nas revistas Serviço Social e Sociedade e a Katálysis. Desta maneira, empregou-se do total de periódicos disponíveis no decorrer de cada ano, desde 2010 a 2019, e verificou em cada ano quantas publicações têm disponíveis nesse ambiente virtual acerca do adoecimento mental de assistentes sociais. Desse modo, de acordo o quantitativo encontrado de periódicos, o resultado foi analisado de forma qualitativa.

Segundo Minayo; et al (1994, p. 22), a pesquisa qualitativa busca-se compreender determinadas questões em seu caráter subjetivo, analisa fenômenos que não podem apenas ser submetidos a números e a variáveis, especifica que “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

A escolha do presente tema deu-se a partir das discussões em sala de aula, no qual os docentes proferiam sobre a profissão, os objetivos da profissão, a ética, e os desafios enquanto classe profissional, desafios esses relacionados ao seu ambiente de trabalho, a burocracia que vivenciavam em determinados momentos, a precarização do seu trabalho, e o quanto esses aspectos os afetavam. A partir de tais discussões, a acadêmica começou a se questionar sobre a saúde do profissional perante essas situações, pois a saúde é algo que deve se prezar, e o quanto entender esse processo que leva ao adoecimento, é de grande importância para a classe, pois torna-se mais viável o seu enfrentamento.

Sendo a profissão inserida em um processo de tensões e lutas, que trabalha a favor da classe trabalhadora e ao mesmo tempo sendo dependente da classe dominante, torna-se um processo árduo. Dessa forma, realizou-se a presente pesquisa para analisar como a própria classe profissional de assistentes sociais tem visto essa problemática, como também discutir os impactos da precarização no exercício profissional, verificar as principais metodologias utilizados nos estudos acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional e compreender as principais causas, no âmbito do exercício profissional que geram o seu adoecimento.

Utilizou-se do método crítico dialético de Marx na contradição existente entre a classe trabalhadora e a classe burguesa detentores dos meios de produção, e na contradição entre trabalho e saúde/bem-estar. O método foi o subsídio da pesquisa, no qual traz uma criticidade e um olhar aprofundado do objeto, de forma não superficial e não imediata para análises críticas e compreensão da realidade encontrada.

De acordo os resultados obtidos e nas fundamentações teóricas, realizou-se a interpretação dos dados para uma análise crítica, contribuindo assim para o amplo conhecimento de todos, pois o estudo trouxe a importância da saúde mental para o bem-estar, a relevância que os estudos acerca do tema possuem, e a informação das causas que ocasionam ou que venham causar o seu adoecimento. Foram analisados nos trabalhos encontrados a metodologia empregada na obtenção e discussão dos dados e a discussão teórica trazida que remete as causas do adoecimento mental de assistentes sociais.

5 ASSISTENTES SOCIAIS E O PROCESSO DE ADOECIMENTO MENTAL: UMA ANÁLISE

O presente capítulo está subdividido em três subitens conclusivos da pesquisa. “O percurso do adoecimento mental de assistentes sociais: mediações entre a subjetividade e a objetividade”, no qual trouxe a discussão da importância de compreender a subjetividade e a objetividade na vida profissional do (a) assistente social. E foi destacado essas duas particularidades, contudo, ambas não podem ser interpretadas separadamente, como afirma Santos e Manfroi (2015).

A seguir traz a análise e discussão dos dados obtidos na pesquisa. Apresentou as principais causas de adoecimento mental dos (as) profissionais assistentes sociais em seu exercício profissional, discutiu-se os impactos da precarização do trabalho destes profissionais, e verificou a principal metodologia utilizada no estudo encontrado sobre adoecimento mental de assistentes sociais. E o capítulo seguinte, trata-se das Considerações finais, com algumas reflexões acerca do estudo.

5.1 O percurso do adoecimento mental de assistentes sociais: mediações entre subjetividade e a objetividade

Podemos inferir que o processo de adoecimento do (a) assistente social se dá a partir de determinadas conjunturas sociais, políticas, e econômicas, que refletem na sua saúde. De acordo o que foi discutido nos itens anteriores, observa-se um percurso material e imaterial que desenha os aspectos principais para o adoecimento mental dos (as) profissionais assistentes sociais. Dessa forma, o objetivo deste subitem é especificar de forma mais aprofundada, e apresentar as particularidades existentes na ligação entre a subjetividade e a objetividade presentes no processo de saúde-doença.

Quando se fala “a minha subjetividade”, a “minha opinião”, o “meu desejo”, não se trata de algo interno que se revela ao exterior. As formas subjetivas são compostas socialmente. Todo sujeito é sempre coletivo. Assim, quando falo, muitas vozes falam em mim, muitas histórias atravessam a minha história, e isso se torna mais complexo quando se pensa no terreno da intervenção e nos postos de trabalho profissional. Embora haja uma composição singular em mim, que me difere dos demais, que difere cada um, somente a composição é singular. Os pedaços de que é feita são partilhados por muita gente. (DUARTE, 2010, p. 18).

A subjetividade está ligada direta e indiretamente com o social como afirma Duarte (2010) ao dizer que todo ser humano é delineado socialmente, especifica que somos frutos de uma construção social. Chagas (2013) aponta que Marx não interpreta a subjetividade advinda simplesmente de uma base econômica, mas sim, como algo inerente ao desenvolvimento da vida humana, compreende-se que a objetividade não existiria sem a subjetividade, assim, uma depende da outra.

O que Marx quer mostrar é, na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja. (CHAGAS, 2013, p. 65).

Tais necessidades subjetivas são realizadas somente através de algo exterior ao indivíduo, que depende do contexto social em que está inserido, e quando o contexto social que está posto não lhe oferece o que necessita para a satisfação de sua singularidade, ocorre assim conseqüentemente a frustração e determinados padecimentos.

No modo de produção capitalista presente, Chagas (2013) ressalta que predomina a fetichização e a objetificação do trabalho, no qual fica ausente a importância social da atividade para o indivíduo, torna-se algo “mecânico e restrito” e conseqüentemente vai se tornando para esse indivíduo um trabalho estranhado, distante de si próprio. Franco, Druck e Silva (2010), destacam que o mundo da produção se movendo cada vez mais em busca de acumulação do capital⁴² e do lucro, leva a ausência da razão social do trabalho.

O contexto dos (as) assistentes sociais assume contornos específicos como já abordado, pois são profissionais que atuam nas relações sociais, exercendo sua profissão principalmente através de políticas públicas⁴³, num processo de tensão frente aos seus princípios e valores éticos em favor da classe trabalhadora e ao

⁴² [...] Esta lógica limita, ou mesmo extingue, as possibilidades do trabalho se constituir um meio de desenvolver a dignidade, a solidariedade e as potencialidades do ser humano. (FRANCO, DRUCK, SILVA, 2010, p. 230).

⁴³ Mas essa mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional. (RAICHELIS, 2011, p. 425).

mesmo tempo inserido nessa mesma classe, dependente de outrem para o exercício de suas funções. Essa discussão ajuda a entender a constatação do estudo do autor a seguir, que nos mostra que os profissionais de Serviço Social estão entre os que mais sofrem adoecimentos relativos do trabalho.

[...] segundo dados colhidos sobre saúde mental e saúde do trabalhador, o profissional de Serviço Social é a categoria de trabalhadores que mais sofre na relação de trabalho, no conjunto de outras categorias profissionais, no campo social e da saúde, com psicopatologia do trabalho, de fadiga crônica, e não só. Percebe-se, sem muito aprofundamento, por meio de observação empírica ainda, de outros tipos de sofrimento psíquico, como em particular a depressão, ou mesmo de doenças psicossomáticas, como o câncer. Ou seja, somos afetados em todas as atividades humanas e, em particular, no trabalho produtivo, pelas consequências econômicas e históricas do modo de produção capitalista que cada vez mais afetam subjetividades e corporeidades, como expropriação da mais-valia. (DUARTE, 2010, p. 22).

Pode-se compreender dessa forma, que esse adoecimento está relacionado diretamente à esse processo dialético da subjetividade do (a) profissional assistente social e a objetividade⁴⁴ em que ele (a) atua. Eis a importância de entender esse (a) profissional enquanto sujeito singular, e como sujeito genérico que é dependente de meios/estruturas para o seu exercício profissional. Santos e Manfroi (2015) ressaltam a importância de entender o período histórico em que o (a) profissional assistente social está inserido (a), visto que compreender o atual cenário que está envolvido (a), colabora para o entendimento das questões centrais que levam ao seu adoecimento.

Pensar a profissão a partir dessa perspectiva, portanto, significa compreender os processos objetivos e subjetivos de determinado período histórico. Ou seja, sendo o assistente social um trabalhador que vende sua força de trabalho, ele se insere nas formas contemporâneas de exploração. E isso não é apenas uma “palavra de ordem” a ser repetida, mas sim uma questão central. (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 180).

Ou seja, o fato do (a) assistente social exercer sua profissão nessa atual conjuntura em um governo neoliberal, reflete de forma significativamente negativa em seu trabalho, visto que atua nas políticas públicas⁴⁵ no qual veem sofrendo com

⁴⁴ As questões objetivas em que o assistente social se defronta está relacionado aos “baixos salários, contratações temporárias, precarização dos vínculos e das condições de trabalho - encontram-se, ainda, os aspectos subjetivos, quais sejam, as ideologias neoliberais, as concepções pós-modernas e neoconservadoras”. (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 180).

⁴⁵ [...] Portanto, na sua condição objetiva enquanto trabalhador, está imerso nos processos condicionantes das políticas sociais, na particularidade brasileira, ou seja, em um país periférico;

a precarização⁴⁶, precarização essa que de acordo Raichelis (2011), atinge o (a) profissional assistente social nos seus espaços ocupacionais por meio da:

Insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Franco, Druck e Silva (2010) acentuam três indagações importantes sobre o processo de adoecimento no trabalho. Sendo o primeiro, pensar o trabalho e o adoecimento como uma questão de saúde pública, e não como algo individual, o segundo ponto os autores trazem as questões de super exploração do trabalho, especificamente ambiental que trazem consequências tanto atuais, como para as gerações futuras, e o terceiro ponto refere-se à precarização social do trabalho e das políticas públicas e Instituições, constituindo a privatização de acesso à educação e trabalhos dignos.

Conforme a crescente precarização dos direitos sociais e trabalhistas, “[...] ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho”. (RAICHELIS, 2011, p. 421). Ou seja, com o aumento da precarização no âmbito do trabalho, seja, nas formas estruturais ou na efetivação dos direitos sociais, expande-se conseqüentemente o adoecimento no trabalho.

Segundo Santos e Manfroi (2015), para um determinado enfrentamento da precarização do trabalho, os (as) profissionais assistentes sociais enquanto classe trabalhadora, devem se reconhecer enquanto tal, almejando assim um movimento de classe e abolindo a individualização pregada pelo capitalismo.

Assim, de acordo os autores acima, é necessário o entendimento de que os (as) profissionais assistentes sociais estão inseridos em determinadas contradições da sociedade capitalista que se adensam cada vez mais na sociedade, no qual é possível se ver diante das “[...] condições de trabalho cada vez mais precárias dos assistentes sociais, no adoecimento profissional e, sobretudo, nas novas formas de

assim, a forma de organização das políticas sociais neste momento do capitalismo afeta, de forma significativa, o exercício profissional do assistente social. (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 187).

⁴⁶ O cenário de precarização, portanto, remete à necessidade de que se pense sobre as condições de trabalho do assistente social e sobre as repercussões nas suas condições de saúde e mesmo no próprio exercício profissional. (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 185).

mistificação da realidade”. (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 193). Segundo Ceolin (2014) a precarização atinge as condições de trabalho do (a) assistente social, e dessa forma estão sendo submetidos a trabalhos precarizados como contratos temporários e subcontratados.

O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se da materialidade das atuais condições históricas de inserção dos assistentes sociais na condição de trabalhador assalariado, bem como dessa determinação histórica na agudização das expressões da questão social. (CEOLIN, 2014, p. 261).

A precarização que ocorre no ambiente de trabalho reflete na vida do profissional enquanto trabalhador, e enquanto ser social⁴⁷. De acordo Franco, Druck, Silva (2010, p. 231) nas instituições/empresas a gestão e organização do trabalho são elencadas em horas determinadas, são gestões que se utilizam-se do medo da perda do emprego⁴⁸ para impor condições de dominação, gerando assim “[...] insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares”.

As condições concretas/materiais de trabalho refletem de modo direta e indireta na subjetividade do trabalhador, pois, segundo Santos e Manfroi (2015) apesar da particularidade das questões objetivas e subjetivas, elas não podem ser apreendidas isoladamente.

Os autores Silva; Silva (2013, p. 2) citam as doenças ocupacionais “[...] como uma nova expressão das relações sociais vinculadas ao mundo do trabalho [...]”, e destacam que o processo de adoecimento relacionado ao exercício profissional especificamente nas mulheres, que se dá de maneira mais intensa simplesmente

⁴⁷ [...] É necessário compreender o indivíduo enquanto ser social e, ao mesmo tempo, singular, portador de características únicas com uma inteligência particular para realizar seu trabalho e com um jeito e ritmo próprios. (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 88/89).

⁴⁸ [...] Muitos gestores passam a utilizar-se dessa possibilidade como técnica de administração de pessoas, criando uma pressão frequentemente insuportável. Passam a fazer exigências absurdas e irrealizáveis. O problema é que todos, inclusive os trabalhadores, acreditam que podem e tentam cumprir as demandas. Os subordinados, cnicamente chamados de colaboradores, ao se verem nessa situação, irão inevitavelmente sofrer patogenicamente. (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 81).

por ser mulher, pois lhe é cobrado atividades em sua vida privada/pessoal e na vida profissional.

O fato de serem assistentes sociais não as excluem das funções sociais destinadas as mulheres. Ou seja, mulheres assistentes sociais convivem com dificuldades de conjuntar vida pessoal e profissional o que tem ocasionado processos de adoecimento e sofrimento. (SILVA; SILVA, 2013, p. 2).

Silva e Silva (2013) apontam que o Serviço Social está entre as profissões composta majoritariamente pelo público feminino, devido ao contexto sócio histórico da profissão que em sua origem era voltado somente para as mulheres, ditas 'damas da caridade'. Porém, atualmente esse cenário mudou-se, permitindo formar também profissionais do sexo masculino, porém, mesmo com essa mudança, a maior parte dos (as) profissionais ainda são mulheres.

Serviço Social configura-se entre as cinco profissões mais femininas do Brasil, desde os anos 1970 (no Censo de 1960 não constava a profissão "Serviço Social"), sendo a mais feminina de todas a partir dos anos 1980. Serviço Social, Enfermagem e Educação/Pedagogia são as três carreiras que nos últimos quarenta anos figuram entre as mais femininas, evidenciando não apenas uma escolha de carreira determinada pelo gênero, mas sinalizando em que carreiras as mulheres ingressam privilegiadamente no mercado. (SILVA; SILVA, 2013, p. 2-3).

Entende-se que a mulher nesse cenário patriarcal⁴⁹ que ainda prevalece na atual conjuntura enfrenta diversas dificuldades sociais impostas a elas, e que conseqüentemente fica mais difícil "dar conta" da dupla, tripla ou até mais jornada de trabalho, como profissional e dona do lar⁵⁰. Mesmo após as conquistas profissionais e de direitos sociais alcançados por mulheres, esse segmento "ainda, tem que conviver com o constante equilíbrio da vida pessoal e profissional". (SILVA; SILVA, 2013, p. 7).

Constata-se que além do (a) profissional assistente social enfrentar barreiras sociais, julgamentos, pressões sociais e cobranças, também há de enfrentar barreiras no aspecto econômico como um todo, tendo em vista que o atual formato neoliberal da economia brasileira institui os cortes orçamentários em instituições

⁴⁹ [...] As mulheres levam para o mercado formal de trabalho as habilidades construídas historicamente. Carregam consigo suas casas, suas famílias, seus filhos (as); num continuam entre esferas doméstica e pública. (SILVA; SILVA, 2013, p. 4).

⁵⁰ [...] Resta saber se o fato de ser mulher e estar inserida em uma profissão predominantemente feminina favorece sobremaneira o adoecimento e sofrimento devido das mulheres que têm que buscar um equilíbrio entre a dupla jornada e as exigências postas pelo mercado de trabalho. (SILVA; SILVA, 2013, p. 3).

públicas, sendo esse um meio principal de atuação profissional do (a) assistente social.

A conciliação entre inserção da mulher na força de trabalho, a divisão do trabalho doméstico, o papel da maternidade e do casamento, e a relação entre satisfação individual e vida familiar têm contribuído para um processo acelerado de adoecimento e sofrimento das mulheres. (SILVA; SILVA, 2013, p. 6).

Um dos fatores também que leva o (a) profissional ao adoecimento é o assédio moral⁵¹ que ocorre no ambiente de trabalho. Silva e Raichelis (2015) destacam que de acordo com a reestruturação produtiva, em que criaram e criam-se novas organizações e gestões do trabalho, o assédio moral é um dos instrumentos de controle sob o trabalhador (a) e que conseqüentemente vem causando adoecimentos e sofrimentos.

A flexibilização das relações de trabalho, uma das expressões da precarização, produziu novas formas de gerenciamento dos recursos humanos, sendo o assédio moral uma delas. Por outro lado, o enfraquecimento das lutas sindicais abriu as portas para o aprofundamento da opressão no trabalho. (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 583).

Silva e Raichelis (2015) sustentam que o assédio moral ainda é pouco conhecido entre os (as) profissionais e por isso muitas vezes não sabem identificar o assédio moral e a violação de seus direitos. Discutir frequentemente sobre o assédio, os tipos de assédio moral, quando e como acontecem, facilita o processo de combate e de identificar o assédio moral para agir contra esse tipo de violência, buscando minimizar o sofrimento e o adoecimento que causa⁵².

A vítima do assédio é penalizada individualmente pelo sofrimento vivido. Sem a visibilidade sobre o fenômeno que afeta o conjunto dos(as) trabalhadores(as), as situações tornam-se individualizadas, gerando ainda mais sofrimento para o(a) assediado(a), que se sente culpado(a) pelo ocorrido e acaba tendo reforçados os sentimentos de solidão e medo. (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 590).

A violência moral (assédio moral) quando ocorre atinge diretamente a subjetividade do (a) profissional, e as cobranças e pressões que acontecem no

⁵¹ [...] está fortemente presente nas relações de trabalho hierarquizadas, autoritárias e precarizadas. (PINHEIRO, 2011, p. 2).

⁵² Portanto, analisar o assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social é primordial para entender como esse(a) trabalhador(a) assalariado(a) vem lidando com as novas estratégias organizacionais, além de conhecer as formas de resistência e de luta para o enfrentamento dessa questão. (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 592-593).

ambiente laboral contribuem de forma significativa para essa violência. Dessa forma, o trabalhador que não atinge determinadas metas, ou que não consegue seguir o ritmo imposto pela instituição, empresas e afins, passa a ser apontado, como:

[...] “inadaptado(a)”, “disfuncional”, “preguiçoso(a)”, “corpo mole”, “vagabundo(a)”, “rebelde”, “louco(a)”. Esse processo de culpabilização do(a) trabalhador(a) fragiliza as relações de trabalho e gera um processo de patologização⁵³ funcional ao capital, pois deposita no(a) trabalhador(a) a “culpa” por ele(a) não se adaptar às normas das empresas e organizações. (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 590-591).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), traz em sua publicação em 2011, o manifesto por nome o “*Assédio moral nas relações de trabalho*”⁵⁴, e aponta questões importantes sobre essa violência e de como vem afetando os (as) profissionais assistentes sociais, visto que a sociedade capitalista presente visa cada vez mais conquistar lucros, e com isso vem a cobrança, contratos terceirizados para não “gastarem” com contratos formalizados e legalizados, e a precarização do trabalho, contribuindo assim para o “crescimento, gravidade e amplitude do fenômeno do assédio moral no trabalho”. (PINHEIRO, 2011, p. 1).

Sendo uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o serviço social não foge à influência das mudanças históricas no interior das estruturas e nas novas formas de organização e de gestão do trabalho. Portanto, as/os assistentes sociais, assim como outros/as trabalhadores/as, também são passíveis e têm sido vítimas de assédio moral em seus espaços ocupacionais. (PINHEIRO; 2011, p. 1).

O Assédio moral possui algumas características possíveis de serem identificadas, desde que a vítima já tenha certo conhecimento sobre tal violência, por isso a importância de debater essa questão para uma determinada intervenção. Na publicação citada do CFESS Manifesta, é apontado com mais clareza pontos necessários para identificar uma violência moral.

⁵³ A patologização serve para demonstrar aos(às) demais trabalhadores(a)s que tal fenômeno não acontecerá com eles(as), mas aconteceu com o(a) outro(a), porque o(a) outro(a) era um(a) inadaptado(a), um(a) rebelde, um(a) doente. Com grande probabilidade, o(a) trabalhador(a) atingido(a) pela violência moral acaba adoecendo, já que há um comprometimento de sua saúde física e mental, provocando o aparecimento de doenças e/ou fazendo reemergir doenças preexistentes. (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 591).

⁵⁴ [...] O conteúdo desse manifesto visou socializar a discussão sobre o assédio moral no trabalho, por entender que ele traz impacto para as relações profissionais e sociais dos sujeitos, além de gerar repercussões negativas à saúde dos(as) assistentes sociais. (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 589).

- [...] 1. repetição sistemática de exposição do empregado a situações humilhantes e constrangedoras (assédio moral vertical);
 2. intencionalidade em forçar o empregado a abrir mão do emprego;
 3. direcionalidade a uma pessoa do grupo, que é escolhida e hostilizada, diante dos demais, como bode expiatório;
 4. temporalidade – relações desumanas e aéticas, durante a jornada de trabalho, prolongadas por dias e meses;
 5. degradação deliberada das condições de trabalho – ridicularização da vítima diante dos seus pares, os quais, por medo do desemprego e de sofrerem humilhação, rompem relações com a vítima e, em geral, reproduzem e reatualizam as humilhações do chefe (assédio moral horizontal). (PINHEIRO, 2011, p. 2).

Entendido a concepção do que se compreende sobre assédio moral, outro aspecto que afeta a saúde dos (as) trabalhadores incluindo o (a) profissional assistente social é a síndrome de Burnout⁵⁵ que está ligado diretamente ao stress⁵⁶. Marcelo (2017), destaca que a síndrome de Burnout advém de situações de exploração, insatisfação no trabalho, não reconhecimento profissional, entre outras características, algumas já discutidas acima. Podemos observar que o que tem em comum nesse cenário é que todo adoecimento tanto mental como físico, advém da objetividade do trabalho, que com sua precarização, atinge a subjetividade do (a) profissional.

De acordo Cobêro, Moreira e Fernandes (2012), em uma pesquisa executada em uma Instituição Pública de Saúde (*Centro Público de Saúde*), obteve-se resultados de que o setor da assistência social já possui a síndrome de burnout instalada⁵⁷, enquanto os outros setores estão na fase inicial de desenvolvimento da síndrome. Destaca com detalhes os sintomas em que o trabalhador acometido pela síndrome sente.

⁵⁵ Síndrome considerada como uma resposta emocional a situações de estresse crônico em função de relações intensas em casos de trabalho com outras pessoas, gerando assim sentimentos de descontentamento e desgaste, e atitudes negativas como a perda de compromisso do trabalhador com relação ao seu trabalho, afetando também a saúde do trabalhador. (COBÊRO, MOREIRA; FERNANDES, 2012, p. 2).

⁵⁶ “O stress está mais visível quando os Assistentes Sociais percebem determinados constrangimentos à sua actividade profissional, de ressaltar a falta de um bom ambiente de trabalho bem como a falta de uma relação de confiança entre todos os envolvidos. Mas também passa pelo envolvimento emocional de cada um, bem como os congelamentos salariais, o excessivo trabalho e a necessidade de uma supervisão”. (MARCELO, 2017, p. 50).

⁵⁷ De acordo com a tabela 01, observa-se que a única função em que o *burnout* já se instalou foi na assistência social, que obteve uma soma das respostas de 67 pontos. Talvez isso tenha ocorrido pelas atribuições da profissão, grande responsabilidade na organização, tendo maior cobrança, agilidade na prestação de serviço, estar atendo a detalhes e estar intimamente em um contato com os usuários dos serviços, ao qual se exige uma relação direta e contribui para a instalação do *burnout*. (COBÊRO; MOREIRA; FERNANDES, 2012, p. 11-12).

O trabalhador afetado pela síndrome começa a ter diferentes aspectos de sua vida comprometidos, desde sua saúde física, comportamental, emocional e cognitiva. A relação do burnout com a saúde mental é mais complexa, pois o burnout está associado ao neuroticismo, que leva a acreditar que de alguma forma o burnout é uma doença mental em si mesma. Entretanto, a SB pode trazer disfunção mental, acelerando os sintomas como baixa satisfação e auto-estima, ansiedade e outros. [...] Para o funcionário a consequência é bastante grave, lhe trazendo dores musculares, fadiga diária, falta de sono, enxaqueca, problemas gastrointestinais, imunidade baixa facilitando gripes, resfriados, alergias, distúrbios respiratórios, bronquites e muitos outros problemas. (COBÉRO; MOREIRA; FERNANDES, 2012, p. 6).

Segundo a autora Marcelo (2017) em seu estudo de doutorado de investigação qualitativa que teve como tema “*Burnout* e stress nos assistentes sociais”, realizada em um grupo de onze profissionais assistentes sociais de diferentes idades e espaços ocupacionais com o objetivo de compreender o stress, como os profissionais reagem a esse fenômeno, bem como identificar o que motiva o stress entre o trabalho e a vida pessoal, mostra relatos que possuem em comum características como a sobrecarga do trabalho e das condições materiais que desfavorecem o exercício profissional.

“[...] [O] volume de trabalho é superior ao tempo que temos para estar efectivamente no trabalho, em média estou mais três horas no serviço. (A.S.3) [...]” “[...] A partir do momento em que há um aumento de carga de trabalho e do número processual e há um volume de trabalho demasiado elevado sobre os técnicos, vejo-me na obrigação de assumir funções que não deveria de assumir, logo, não tenho tempo para fazer as funções a que me deveria destinar com mais tempo de forma mais profunda.” (A.S. 9) [...] “Há sobrecarga a vários níveis. Há sobrecarga devido não é o número de situações com que lidamos, mas sim à complexidade das situações que requerem uma aprofundada, requer contacto com muitos para decidir quem é que vai fazer, quem é que vai intervir porque cada um de nós tem as suas competências [...] Há sobrecarga ao nível do cumprimento de procedimentos legais dentro da organização e para a lei geral que rege toda a administração pública isso também é uma sobrecarga muito grande. Portanto digamos que a sobrecarga [...] tem a ver em primeiro lugar com a complexidade das situações que nos surgem, a emergência de algumas delas a resposta que é preciso dar de imediato que, portanto, não pode esperar, tem de ser na hora [...]” (A.S.4). (MARCELO, 2017, p. 32-33).

Um exemplo atual da precarização nos espaços ocupacionais do (a) profissional em especial no âmbito da saúde é a pandemia que está ocorrendo, causada pelo vírus denominado Covid-19⁵⁸ que tem causado uma grande quantidade de mortes de jovens, crianças e idosos.

⁵⁸ Por ser um fenômeno novo e inesperado ainda possui baixa quantidade de pesquisas e estudos publicados sobre o assunto.

De acordo os autores Tuñas; et al (2020), caracteriza-se pandemia o surto de alguma doença infecciosa de fácil transmissão que abrange grandes territórios. As principais vias de transmissão do 2019-nCoV incluem transmissão direta através de tosse, espirro e perdigotos além de transmissão por contato com mucosa oral, nasal e dos olhos.

Em dezembro de 2019, um surto de pneumonia causada por uma nova cepa de Coronavírus, teve início na cidade de Wuhan, província de Hubei - China, e rapidamente se espalhou para outros vinte e quatro países. A doença que o vírus produz é a COVID-19, onde 'CO' significa corona, 'VI' para vírus e 'D' para doença. [...] Em 30 de janeiro de 2020 a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou emergência em saúde pública e em 11 de março de 2020, decretou uma pandemia dessa doença. (TUÑAS; et al, 2020, p. 1).

Com a necessidade de atendimentos médicos urgentes os hospitais se sobrecarregaram e a maioria entrou em colapso devido à grande demanda de atendimento. Tem-se a falta de materiais como respiradores, de Equipamento de Proteção Individual (EPI), Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), e de profissionais para estarem atuando nessa linha de frente, como também a qualificação destes, pois é necessário uma qualificação para saber usar os respiradores que são necessários para salvar vidas, como também formas de prevenção e organização.

Em uma pesquisa realizado pelos autores Lotta; et al (2020), por nome “*A pandemia de Covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil*” em um universo de 439 profissionais que responderam um questionário online (*survey online*) alguns dos resultados foram que 43,51% dos servidores conhecem alguém, ou teve algum parente que se contaminou, 90,66% disseram ter medo de contrair o vírus, mais de 80% disseram não sentir-se preparado/qualificado para atuar em meio a pandemia, 61,50% afirmaram não terem recebidos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e 87/02% afirmaram não terem recebidos treinamentos.

Podemos perceber a quantidade de questões e principalmente a precarização das políticas públicas em especial neste caso da saúde, que desfavorecem e prejudicam a atuação profissional, assim como também fica em evidencia o risco a saúde do trabalhador sem os equipamentos de proteção adequados.

No enfrentamento a essa pandemia observa-se que o que está mais em questão, de acordo os gestores e governadores, é a economia e a saúde, porém é

importante ressaltar que a assistência social⁵⁹ é de extrema necessidade nesse combate, assim como muitos profissionais assistentes sociais estão atuando na linha de frente em Hospitais.

Mas há relatos de profissionais e sindicatos denunciando condições de trabalho precarizadas, higiene inadequada, jornadas extenuantes, falta de treinamento e, inclusive, insuficiência ou indisponibilidade de equipamentos de proteção, mesmo nos serviços de terapia intensiva. (JACKSON FILHO; et al, 2020, p. 1).

Com o objetivo de prevenção à proliferação do vírus, no qual é transmitido por contato, o isolamento social é necessário, e dessa forma, os trabalhos que eram realizados presencialmente, passaram a ser executados à distância. E por consequência, no trabalho remoto, as demandas de trabalho, se tornaram maiores, e mais exaustivas, sendo assim, mais favoráveis ao adoecimento mental do (a) profissional.

Portanto, é visto a real importância das condições objetivas, ou seja, estruturais do trabalho, para o processo de não adoecimento do (a) profissional⁶⁰ assistente social, assim entende-se a conexão em que essas questões estruturais afetam de maneira positiva ou negativa na subjetividade do profissional, sendo um ser social composto por sentimentos, memórias e dependências que precisam ser respeitadas e atendidas, pois no momento em que sua subjetividade, como enxergar sentido no trabalho, se desfaz através do seu não reconhecimento profissional, começa então o processo de adoecimento, através de, por exemplo, o desânimo e o estresse.

⁵⁹ “[...]a assistência social é essencial para minimizar os danos da crise entre os mais pobres, viabilizando medidas econômicas e sociais coerentes com esse segmento populacional”. (LOTTA; et al, 2020, p. 3).

⁶⁰ Nessa perspectiva, todas as ações – quer sejam voltadas para a transformação de situações de trabalho, quer para prevenção de doenças ligadas ao trabalho, para tratamento ou reabilitação – ganham um novo olhar a partir da compreensão de que, se o trabalho é gerador de doenças e sofrimento, qualquer ação que vise a sua transformação ou vise a amenizar o sofrimento dos trabalhadores adoecidos ou em risco de adoecimento deve se dar a partir de mudanças na relação das pessoas com o seu trabalho, ou seja, com o ato de trabalhar. (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 88).

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente estudo nos possibilitou conhecer a grande ausência de trabalhos teóricos realizados pelo Serviço Social sobre o adoecimento mental de sua classe profissional. O total de artigos analisados de acordo com o tema da pesquisa entre 2010 a 2019 na revista Serviço Social & Sociedade foram de 285 artigos/periódicos, e foi encontrado somente 01 (um) artigo/periódico voltado exclusivamente ao adoecimento/desgaste mental de assistentes sociais no seu exercício profissional⁶¹.

O artigo encontrado tem como tema: Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação da autora Damares Vicente, ano 2015. O artigo faz uma relação das formas de organização e gestão do trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais no atual sistema capitalista e constatou-se o sofrimento e o desgaste mental nos (as) profissionais de acordo os relatos analisados qualitativamente na área da Habitação de Interesse Social (HIS) da secretaria Municipal da Habitação na cidade de São Paulo.

Segundo a autora acima citada desde 1970 quando implantaram o capital monopolista e financeirizado, teve-se uma modificação no mundo do trabalho, onde criou-se e reformulou-se “[...] formas de exploração, operando com intensa precarização do trabalho e com a banalização da vida, trazendo novos sofrimentos, adoecimentos e constrangimentos éticos e políticos aos (às) trabalhadores (as)”. (VICENTE, 2015, p. 563). Ou seja, a forma de organização capitalista impacta de forma significativa no trabalho, no qual impõe condições de trabalhos precários não levando em consideração a saúde dos (as) trabalhadores (as).

A partir de seu estudo onde foram entrevistados (as) quatro assistentes sociais por meio de entrevistas semiestruturadas, concluiu-se que as condições de trabalho geram sofrimento e adoecimento dos (as) profissionais, levando-se em consideração as condições objetivas e subjetivas do trabalho. A autora apresenta condições relatadas pelas profissionais assistentes sociais que provocam o seu adoecimento.

Constrangimentos ético-políticos [...] Assédio moral [...] Intensificação do trabalho [...] Precariedade das condições dos meios e dos instrumentos de trabalho [...] Exposições ao sol, poeira e esgotos a céu aberto [...] Ameaça

⁶¹ Foram encontrados outros artigos, mas não eram voltados a saúde mental de assistentes sociais, eram somente sobre a saúde do trabalhador de forma geral e a precarização do trabalho.

iminente a vida [...] Tráfico de drogas ilícitas [...] Acidentes de trabalho, exposição a riscos à integridade [...] A penosidade no trabalho com as expressões da questão social[...]. (VICENTE, 2015, p. 571-574).

E o resultado dessas condições objetivas do trabalho refletem “sobre a vida e a saúde” dos (as) profissionais assistentes sociais. A autora destaca ocorrências derivadas da atual gestão e organização do trabalho como “Distúrbios de sono [...] Medo e crises de choro [...] Sentimento de impotência [...] Depressões [...] Angústia /ansiedade [...] Fadiga [...] Alterações metabólicas [...]”. (VICENTE, 2015, p. 576/577). Desta maneira as questões objetivas e subjetivas do trabalho estão interligadas. As condições de trabalho ainda é um grande precursor de adoecimento no exercício profissional.

Já no ambiente virtual da Revista *Katálysis* seguindo a mesma metodologia de pesquisa, do total de 255 artigos verificados a respeito do assunto, nenhum possuía o tema sobre adoecimento mental ou saúde mental de assistentes sociais, desta maneira não foi encontrado nenhum artigo sobre a temática entre os anos de 2010 a 2019.

De acordo o referencial teórico observou-se características sociais, econômicas, objetivas e subjetivas do trabalho que levam ao adoecimento mental de assistentes sociais no seu exercício profissional. Essas características não podem ser apreendidas de forma isolada, por mais que suas consequências afetam os (as) profissionais de forma isoladamente, pois cada um (a) reage de uma forma a determinada situação.

Franco (2011) assinala que o atual sistema capitalista avança contra a natureza, ou seja, contra as condições físicas, emocionais e intelectuais dos seres humanos, impondo sempre novas formas de exploração do trabalho. A alienação de acordo Viana (2012) se caracteriza um dos aspectos que levam ao adoecimento, pois, na alienação o ser social não tem conhecimento daquilo que está realizando, dessa maneira, levando-o a não se identificar na atividade em que está exercendo, causando assim frustrações. Santos e Lima (2005) afirmam que o trabalhador ao não se reconhecer em sua atividade, pode-se desenvolver “distúrbios comportamentais e psicopáticos”, levando-os ao estresse e a insegurança profissional.

Segundo o site *Psicologia Viva* (2008) remetendo-se a pesquisa da revista *Health* (saúde) o Serviço Social está entre as profissões que causam mais adoecimento mental dos (as) profissionais, juntamente com enfermeiros,

profissionais da saúde em geral, professores e garçons. O adoecimento do (a) assistente social segundo a pesquisa da presente revista, é o sentimento de incapacidade que o profissional sente ao se deparar com determinada demanda, e não conseguir resolvê-lo, indo de encontro as burocracias que transpassam o seu exercício profissional.

A síndrome de *Burnout* é uma das doenças citadas pelos autores que vem afetando os (as) profissionais assistentes sociais, no qual é uma doença derivada da exaustão, e está relacionada com o estresse. É citada por Santos e Lima (2005), Marcelo (2017) Pêgo e Pêgo (2016) no qual destacam que a doença atinge os profissionais chamados doadores de cuidado, entre eles o (a) assistente social. Essa síndrome traz consigo vários sintomas, como o estresse, fadiga, dores musculares, enxaquecas, impaciência, baixo autoestima, e tendência ao isolamento social.

Segundo Duarte (2010) o (a) profissional de Serviço Social está entre os trabalhadores que mais adoecem, com fadiga crônica e depressão, ou até mesmo chegam a desenvolver doenças como o câncer. E destaca que através do modo de produção capitalista, os seres humanos são afetados principalmente no trabalho. Franco, Druck e Silva (2010) evidenciam que o trabalho e o adoecimento deve-se ser vistos como uma adversidade de saúde pública, visto ser algo que está acometendo cada vez mais os trabalhadores, assim como a superexploração do trabalho, que deixa consequências atuais para as gerações futuras, e a instabilidade/ fragilização das políticas públicas.

Outro aspecto citado que leva o (a) profissional ao adoecimento é o assédio moral, destacado por Silva e Raichelis (2015) e pelo CFESS na sua publicação por título "Assédio moral nas relações de trabalho". Silva e Raichelis (2015), enfatizaram que o assédio moral é um modo de exploração do trabalho, para se ter controle sob o trabalhador, e ressaltam que o assédio moral acontece e muitos profissionais ainda não conseguem identificá-lo, por isso é importante o debate sobre o assédio moral nas relações de trabalho. O (a) trabalhador que sofre o assédio moral se "[...] sente culpado (a) pelo ocorrido e acaba tendo reforçado os sentimentos de solidão e medo". (SILVA; RAICHELIS, 2015, p. 590).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, a vista dos argumentos apresentados, sobre a produção teórica realizada pelo Serviço Social e publicada nos anais virtuais das Revistas Serviço Social & Sociedade e a Katálisis entre os anos de 2010 a 2019 acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no exercício profissional, conclui-se que a produção/pesquisa realizada pelo Serviço Social acerca do tema proposto se encontra ainda bem escassa.

Encontrou-se somente um artigo referente a problemática, no qual trouxe análises e conclusões através de uma entrevista semiestruturada com quatro profissionais assistentes sociais, que a organização e gestão do trabalho interferem de forma direta no desenvolvimento do trabalho do (a) assistente social, como também em sua saúde mental.

Foram encontrados aspectos objetivos e subjetivos no trabalho que levaram ao adoecimento destes profissionais. Como ausência de materiais de trabalho, ausência de sala adequada para atendimentos, exposição a lugares de risco, assédio moral, e intensificação do trabalho. Compreende-se, portanto, que as condições objetivas/materiais do trabalho, afeta conseqüentemente a saúde do (a) profissional assistente social.

A partir do referencial teórico incorporado no presente estudo observou-se que o modo de produção capitalista está sempre em busca de novas formas de organização do trabalho, no qual almejam lucrar sempre mais, e isso tem impactado conseqüentemente os trabalhadores, em específico os (as) assistentes sociais em questão. Compreendeu-se as principais causas no âmbito do exercício profissional que geram adoecimento mental em assistentes sociais sendo a precarização do trabalho, flexibilização do trabalho, não reconhecimento profissional/ não valorização, alienação, e o trabalho intensificado.

O fato do (a) profissional assistente social está inserido na divisão sócio técnica do trabalho, faz com que o processo de adoecimento venha ocorrer de forma acentuada, pois é um profissional que está diariamente num processo de tensão, frente as suas lutas em favor da classe trabalhadora, e dependente da classe dominante para os meios do trabalho, e enfrentando o contexto social e econômico causado pelo modo de produção capitalista. Assim a precarização impacta o

exercício profissional dos (as) assistentes sociais através das precárias condições de trabalho como destacou Raichelis (2011) e Ceolin (2014).

Esses adoecimentos se dão em um conjunto de fatores presentes na realidade da atual conjuntura, tendo em vista um trabalho flexibilizado, terceirizado, presença da rigidez no trabalho, e a pressão sobre quem não estiver satisfeito com o trabalho “tem quem queira”, entrando em cena o exército industrial de reserva. A relação social estável e saudável no ambiente de trabalho é de suma importância para o bem-estar do (a) profissional, porém, como vivemos em um modo de produção capitalista, onde tem-se uma alta rotatividade de trabalhadores, construí-la e manter uma relação social com os demais se tornou algo incerto.

Neste sentido, o presente estudo teve os seus objetivos alcançados no qual discutiu-se os impactos da precarização do trabalho no exercício profissional do (a) assistente social, verificou-se a metodologia utilizada no periódico encontrado na revista Serviço Social & Sociedade, e compreendeu-se as principais causas que geram adoecimento mental em assistentes sociais no âmbito do exercício profissional.

De acordo com os resultados verificou-se a necessidade de maiores estudos a respeito do tema, dessa forma, a presente pesquisa não se finda neste momento, pode-se ampliar o campo de pesquisa para futuros trabalhos acerca do adoecimento mental de assistentes sociais no seu exercício profissional.

Dessa forma o trabalho buscou contribuir para o debate acerca do tema, para os profissionais formados, discentes, e para a sociedade, visto ser um tema de bastante importância, levando-se em consideração a saúde dos (as) profissionais. Entende-se que as condições de trabalho devem ser sempre respeitadas e serem favoráveis ao trabalhador que estará exposto a determinada atividade, deve-se haver segurança no ambiente de trabalho afim de evitar acidentes, e doenças ocupacionais. Como também, deve-se haver mais humanização no ambiente de trabalho.

Portanto, o processo de adoecimento dos (as) profissionais assistentes sociais se dá intimamente ligada aos aspectos econômicos e sociais, subjetivos e objetivos do trabalho, e como o atual sistema presente hoje, é o modo de produção capitalista/neoliberal, que utiliza-se da precarização, exploração da força de trabalho, flexibilização, dentre outros, atinge conseqüentemente o exercício profissional, através dos cortes orçamentários nas políticas públicas, visto ser um

dos seus principais espaços de atuação e o agravamento das expressões e manifestações da questão social no qual é o objeto de trabalho do (a) assistente social.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Luiz. **Biorritmo** - Os ciclos Biológicos. Disponível em < <https://www.estudodamente.com/bioC.htm> > acesso em 10 de mar de 2021.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil**: reestruturação e precariedade. Nueva Sociedad especial em português, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, Campina Grande (PB), v. 14, nº 1, p. 6-14, jan./jun., 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** – Novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (comp.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2. Ed. São Paulo; Buenos Aires, Argentina: Cortez: CLACSO, 2001. p. 35-48.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (comp.). **La ciudadanía negada**: políticas de exclusión em la educación y el trabajo. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 35-49.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2005. Parte II – Capítulo I.
- BIBLIOTECA INTEGRADA. 1º ao nono ano, ensino médio, concursos e vestibulares. São Paulo: PAE – Programa de Assistência ao Estudante, 2010.
- BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, nº 3, p. 80-105, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr., 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do Trabalho no Século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Campo Grande (RJ), 1987. Disponível em < <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/08/Trabalho-e-For%C3%A7a-de-Trabalho.-Harry-Braverman.pdf> > acesso em 16 de março de 2020.

CARLOS, Sergio Antonio. **A gênese e a estrutura do Serviço Social Brasileiro no período doutrinário católico**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 1993.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo. Cortez. CELATS, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Neto e Balkys Villalobos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun., 2014.

CERQUEIRA, Jackson B. A. Uma visão do Neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Rev. Sitientibus**, Feira de Santana, nº 39, p. 169-189, jul./dez., 2008.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 169-186, jan./jun., 2015.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, maio/ago., 2013.

COBÊRO, Claudia. MOREIRA, Wellington Gomes, FERNANDES, Luiz Antônio. Impacto da Síndrome de Burnout na Qualidade de vida no trabalho dos colaboradores de um Centro Público de Saúde. **IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar., 2010.

ENGELS, Friedrich. **Princípios básicos do Comunismo**. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm> > acesso em 15 de fev. de 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2ªed. São Paulo: Cortez. 1999. Capítulo 3.

FARIA, Luciane de Cassia; TEODORO, Aline Bernardes; COIMBRA, Célia Regina. Os impactos na saúde do (a) assistente social em seus espaços sócio ocupacionais. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional. Brasília- DF, 2019.

FERNANDES, Márcia Astrês; et al. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Rev. Bras. Med. Trab.**, Teresina, v. 16, n. 3, p. 277-86, mar. 2018.

FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, nº esp., 01, p.171-191, 2011.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SILVA, Edith Seligmann. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, out., 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GILÓ, Lara Moreira; LIMA, Walex Brendo Pereira de. O Serviço Social é trabalho? **VI Seminário CETROS**. Crise e Mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora. Itaperi, 2018.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz. **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

GUSMÃO JUNIOR, Amiraldo M. **A peste Negra**: aprendendo com a história. Disponível em < <http://www.medicinaintensiva.com.br/peste-negra.htm> > acesso em 22 de fev. de 2021.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Cap. 03.05.10.18. Trad. Waltensir Dutra. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1936.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7º ed., São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, 1998. Disponível em < http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf > acesso em 2 de abril de 2020.

INSTRUÇÕES aos autores. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Disponível em < <https://www.scielo.br/revistas/sssoc/pinstruc.htm> >, acesso em 06 de abril de 2021.

JACKSON FILHO, José Marçal; et al. A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, p. 1-3, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Matina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

LANCMAN, Selma; UCHIDA, Seiji. Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, p. 79-90, maio, 2003.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. A relação do homem com a natureza: o trabalho. 2º ed., São Paulo: Expressão Popular, 2011. Capítulo II.

MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Alienação e trabalho. **Rev. Fisioter.** São Paulo, v. 14, n. 1, p. 34-42, jan./abr., 2003.

MARCELO, Vânia Cristina Manteigas. "**Burnout**" e stress nos assistentes sociais. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15571> Acesso em: 23 de fev. de 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. Capítulo III – Serviço Social no Brasil. 6º ed., São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I – O processo de produção do Capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAURICIO, Juliana Menezes Mendes. CARVALHO, Mariana Costa. CARMO, Roberto Coelho do. Adoecimento e sofrimento social do assistente social. **5º Encontro Internacional de Política Social. 12º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória (ES), v. 1. nº 1, 2017.

MESZAROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. Cap. 4 e 9.

MINAYO, Maria Cecília. DESLANDES, Suely Ferreira. NETO, Otávio Cruz. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes. 1994.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez., 2014.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VAZQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para interpretação do Brasil. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, nº1, p. 137-160, maio, 2010.

OLIVEIRA, Nildete Terezinha de. Somatização e sofrimento no trabalho. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre (RS), v. 2, nº 2, p. 1-14, dez., 2003.

PAULO NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** v. 01. Cap. 04., São Paulo: Cortez, 2006.

PÊGO, Francinara Pereira Lopes e; PÊGO, Delcir Rodrigues. Síndrome de Burnout. **Rev. Bras. Med. Trab.** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 171-176, 2016. Disponível em < https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/09/1833/rbmt-v14n2_171-176.pdf > acesso em 23 de fev. de 2021.

PINHEIRO, Neile d'Oran. **CFESS manifesta: Assédio moral nas relações de trabalho.** Brasília: CFESS, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20 - Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.** 1. Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Marcio; MORAES, Reginaldo. **Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre (RS), v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.

PROFISSÕES com alto índice de depressão: conheça quais são. **Psicologia Viva**, 2008. Disponível em: <<https://blog.psicologiaviva.com.br/profissoes-com-alto-indice-de-depressao/>>. Acesso em: 20 mai 2020.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set., 2011.

SANTOS, F. L. N.; LIMA FILHO, D. L. **Mudanças no trabalho e o adoecer psíquico na educação.** 2005. Universia Rede Universitária. Disponível em < <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/ea000205.pdf> > Acesso em 20 de maio 2020.

SANTOS, Maria Eliete dos; LOPES, Maria Lourdes. O Assistente Social enquanto trabalhador assalariado: desafios presentes no cotidiano. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** Foz do Iguaçu (PR), v. 04, nº 02, p. 1-16, maio/ago., 2018.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 178–196, 2. sem., 2015.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. **VI Colóquio Internacional Marx e Engels nas seções de comunicações do Grupo Temático 9** - Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo. 2009. Disponível em <
<https://marxismo21.org/wpcontent/uploads/6coloquio/GT%209%20%20TRABALHO%20E%20PRODU%20C7%20NO%20CAPITALISMO%20CONTEMPOR%20NEO/Mesa%201%20%20Novas%20formas%20produtivas%20e%20novas%20formas%20de%20acumula%20E7%20de/Da%20era%20fordista%20ao%20desemprego%20estrutural%20....pdf>> acesso em 15 de mar de 2021.

SEMZEZEM, Priscila. Crise do Capital e a precarização no trabalho do assistente social. 2019. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional. Brasília - DF. 2019.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início” In: 4. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. "80 anos de Serviço Social: Tendências e Desafios", de 19 a 21 de maio de 2016, em Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Edith Seligmann; DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. Saúde Ocup.** São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, out., 2010.

SILVA, Jani Alves da. Reflexões sobre a história do capitalismo. **Revista Filosofia Capital**. Maringá (PR), v. 2, n. 5, p. 102-122, 2007.

SILVA, Leni Maria Pereira; SILVA, L. S da. As mulheres assistentes sociais: adoecimento e sofrimento em tempos de reestruturação produtiva. **Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, v. 3, p. 1-11, 2013.

SOBRE a revista. **Revista Katálysis**. Disponível em<
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/about>>, acesso em 06 de abril de 2021.

TUÑAS, Inger Teixeira de Campos; et al. Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19): Uma Abordagem Preventiva para Odontologia. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 77, p. 1-7, mar., 2020.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VIANA, Nildo. A alienação como relação social. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 1, n. 2, p. 23-42, jul./dez., 2012.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015

YAZBEK, Maria Carmelita; et al. **O significado sócio-histórico da profissão**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez., 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília (DF), v. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun., 2001.